



**BIOSEV S.A.**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 11º andar  
Pinheiros – CEP 01452-919  
São Paulo/SP - Brasil

Telefone: 55 11 30396700  
Fax: 55 11 38143235

**BIOSEV S.A.**  
Companhia Aberta

CNPJ/MF 15.527.906/0001-36  
NIRE 35.3.0034518.5  
CVM 22845

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**27 DE JUNHO DE 2014**

## ÍNDICE

<b>I. PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS .....</b>	<b>3</b>
<b>III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>ANEXO I- Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia 5</b>	
<b>ANEXO II- Dispensa da proposta de destinação do lucro líquido .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO III- Informações dos candidatos indicados ao Conselho de Administração .....</b>	<b>60</b>

**BIOSEV S.A.**  
Companhia Aberta

CNPJ/MF 15.527.906/0001-36  
NIRE 35.3.0034518.5  
CVM 22845

**MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA  
BIOSEV S.A. A SER REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2014**

O presente manual tem por objetivo prestar esclarecimentos aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária da **BIOSEV S.A.** (“Companhia”), que será realizada no dia 29 de julho de 2014, às 12h00 horas (“Assembleia”), na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 11º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Edital de Convocação a ser divulgado em 10 de julho de 2014, nos termos do Calendário Anual de Eventos Corporativos da Companhia disponibilizado nos seguintes endereços da rede mundial de computadores: <http://www.cvm.gov.br> e <http://www.biosev.com/ri> (“Calendário Corporativo”).

## **I. PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração apresenta, nos termos da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”), as propostas da administração relativamente às matérias da Assembleia, conforme segue: (i) Anexo I, o qual contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, e do item 10 do formulário de referência; (ii) Anexo II, o qual contém a justificativa para dispensa da apresentação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de março de 2014, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II da Instrução CVM 481; e (iii) Anexo III, o qual contém as informações dos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência, com relação a cada um dos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481.

Adicionalmente, a administração esclarece que a cópia das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2014, conforme auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes foram divulgados em 10 de junho de 2014, nos seguintes endereços da rede mundial de computadores: <http://www.cvm.gov.br> e <http://www.biosev.com/ri>, e serão publicados, nesta data, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOESP e DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços de São Paulo, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

## **II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS**

Nos termos do artigo 7º, parágrafo 4º, do estatuto social da Companhia, para participar da Assembleia, os Senhores Acionistas deverão (i) apresentar um documento de identidade, caso o acionista seja uma pessoa física; (ii) apresentar os atos societários pertinentes comprovando a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; e (iii) apresentar, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, (a) comprovante da participação acionária na Companhia emitido

pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia, e (b) se for o caso, procuração, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

O endereço para o qual os documentos acima mencionados devem ser enviados é:

**BIOSEV S.A.**  
Diretor de Relações com Investidores  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 11º andar, Pinheiros  
São Paulo, SP  
CEP 01452-919

A Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem o envio de cópia da procuração e dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (11) 3092-5373, em atenção ao Diretor de Relações com Investidores, ou por e-mail para [ri@biosev.com](mailto:ri@biosev.com).

### **III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS**

Em consonância com a Instrução CVM 481, os documentos de interesse dos Senhores Acionistas para a participação na Assembleia estão disponíveis nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br> e <http://www.biosev.com/ri>.

São Paulo, 27 de junho de 2014.

**BIOSEV S.A.**  
Paulo Prignolato  
**Diretor de Relações com Investidores**

## **ANEXO I**

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia

### **10. Comentários dos diretores**

#### **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os itens a seguir apresentados foram avaliados e comentados pelos nossos Diretores:

##### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais.**

Nossos Diretores acreditam que temos condições financeiras e patrimoniais suficientes para manter os nossos negócios, desenvolver as nossas atividades e cumprir com as nossas obrigações de curto, médio e longo prazo, bem como que temos acesso a diferentes fontes de financiamento.

Adicionalmente, de acordo com a opinião de nossos Diretores, possuímos estrutura de capital adequada às nossas operações e atividades, com um nível de endividamento compatível com as nossas necessidades de capital, conforme demonstra nosso índice de dívida líquida ajustada (empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e estoques de alta liquidez disponíveis para venda, "Dívida Líquida Ajustada") por EBITDA Ajustado (conforme definido abaixo), o qual foi de 2,9 em 31 de março de 2014, 2,8 em 31 de março de 2013 e 2,8 em 31 de março de 2012. Nossa Diretoria entende que nossa situação financeira permite honrar nossas obrigações assumidas perante terceiros e a nossa necessidade de capital de giro, incluindo pagamento de nossas dívidas, o que pode ser ilustrado com base no índice de liquidez corrente (ativo circulante sobre passivo circulante), o qual foi de 1,0 em 31 de março de 2014, 1,1 em 31 de março de 2013 e 1,0 em 31 de março de 2012. O valor de nosso ativo biológico é composto em sua maior parcela por cana de açúcar que será colhida já na próxima safra, e, portanto, representa uma grande fonte de liquidez de curto prazo.

##### **b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.**

Em 31 de março de 2014, apresentamos patrimônio líquido de R\$1.529,8 milhões, o que significou uma redução de 927,4 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2013, quando apresentamos patrimônio líquido de R\$2.464,1 milhões. A redução justifica-se principalmente pelos prejuízos realizados de R\$1.466,8 milhões no exercício social em 31 de março de 2014. Houve também uma variação negativa de R\$111,1 milhões na conta de Outros Resultados Abrangentes, em função de um maior diferimento de perdas para esta conta, quando comparamos os dois exercícios.

Em 31 de março de 2013, apresentamos patrimônio líquido de R\$2.464,1 milhões, o que correspondeu a uma redução de R\$7,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2012, quando apresentamos patrimônio líquido de R\$2.471,1 milhões. A redução apurada justifica-se pelos prejuízos realizados no exercício social em 31 de março de 2013, bem como em virtude das variações negativas de outros resultados abrangentes, do resgate das ações preferenciais de acionistas não controladores, todos ocorridos no mesmo período. Estas variações foram parcialmente compensadas pela integralização de capital privado no valor de R\$600 milhões.

A variação de nosso capital social pode ser observada na tabela abaixo:

Data	Capital Social	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B
31 de março de 2014	R\$2.490,0, representado por 206.810.613 ações nominativas e escriturais	206.810.613(*)	0(**)	0(**)
31 de março de 2013	R\$1.790,0 milhões, representado por 16.014.394.667 ações nominativas	15.196.620.363(***)	380.066.962	437.707.342
31 de março de 2012	R\$1.176,0 milhões, representado por 11.649.671.470 ações nominativas	10.800.757.666	411.206.462	437.707.342
31 de março de 2011	R\$1.176,0 milhões, representado por 11.763.713.819 ações nominativas	10.800.757.666(****)	525.248.811	437.707.342

(\*) Aumentamos nosso capital social para R\$2.490.036.011,57, em decorrência da subscrição pública de 46.666.667 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no âmbito da Oferta (abaixo definida), no valor de R\$700.000.005,00, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 15 de abril de 2013, e homologado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 16 de abril de 2013.

(\*\*) Em 16 de abril de 2013, convertemos a totalidade das ações preferenciais Classe A e Classe B de nossa emissão em ações ordinárias de nossa emissão, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, sendo que na mesma data ocorreu o grupamento das ações ordinárias de nossa emissão, na proporção de uma ação para cada grupo de 100 ações anteriormente existentes. Referidos eventos haviam sido aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2013 e estavam condicionados à publicação do Anúncio de Início da Oferta (abaixo definida).

(\*\*\*) Aumentamos nosso capital social para R\$1.790.036.006,57, mediante: (i) a contribuição de 1.156.392.110 ações preferenciais de emissão da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.) por seus respectivos titulares, com a consequente emissão de 378.212.919 ações ordinárias, em 30 de maio de 2012; e (ii) a emissão de 4.017.649.778 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme aumento de nosso capital social, realizado dentro do limite do capital autorizado, homologado em 1º de março de 2013.

(\*\*\*\*) Convertimos 143.174.444 ações ordinárias de nossa emissão em ações preferenciais Classe C de nossa emissão, na proporção de 1:1, e resgatamos todas as ações preferenciais Classe C de nossa emissão em 11 de janeiro de 2011, conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência.

A variação observada entre o número de ações preferenciais Classe A representativas do nosso capital social em 31 de março de 2013 e o número de ações preferenciais Classe A em 31 de março de 2012, e entre esta última data e o número de ações preferenciais Classe A em 31 de março de 2011 decorreu dos resgates de, respectivamente, 31.139.500 e 114.042.349 ações preferenciais Classe A de nossa emissão, realizados em 06 de novembro de 2012 e 23 de novembro de 2011.

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011, também realizamos resgates das ações preferenciais de emissão da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.), os quais geraram alteração no capital social da referida sociedade.

Os resgates acima mencionados foram realizados em cumprimento e nos termos das obrigações que assumimos no Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças, celebrado em 24 de setembro de 2009, conforme aditado (“Contrato Global”), no âmbito da fusão com o Grupo Santelisa Vale. Referências ao termo “fusão” ao longo desta Seção 10 do Formulário de Referência devem ser entendidas como sendo a aquisição da LDC-SEV S.A. (anteriormente denominada Santelisa Vale S.A.) por nossa Companhia, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios.

Em 30 de maio de 2012, aumentamos nosso capital social para R\$1.190.036.006,57, mediante a contribuição de 1.156.392.110 ações preferenciais de emissão da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.) por seus respectivos titulares, com a consequente emissão de 378.212.919 ações ordinárias de nossa emissão, as quais foram atribuídas a tais titulares, na proporção de 0,32706286734 ações ordinárias de nossa emissão para cada ação preferencial de emissão da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.), nos termos do Contrato Global e conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência.

Em 24 de janeiro de 2013, aumentamos nosso capital social, dentro do limite do capital autorizado, para R\$1.790.036.006,57, mediante a emissão de 4.017.649.778 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,14934104094339 por ação, fixado com base no Valor Justo de Mercado por ação da Companhia, conforme termo definido no Acordo de Acionistas da Companhia, datado de 26 de outubro de 2009. As ações emitidas foram subscritas e integralizadas por nossos acionistas, na proporção da participação que cada um detinha no nosso capital social, até 28 de fevereiro de 2013, em observância do prazo para exercício do direito de preferência de 30 dias contados da data da publicação do devido aviso aos acionistas. Foi realizado rateio de sobras entre os subscritores que optaram pela subscrição das sobras nos respectivos pedidos de subscrição de ações ordinárias da Companhia. Em 1º de março de 2013, o aumento do capital social foi homologado pelo nosso Conselho de Administração, oportunidade em que seus efeitos puderam ser observados no nosso quadro acionário.

Em 19 de fevereiro de 2013, foi aprovada a conversão das ações preferenciais Classe A e Classe B de nossa emissão em ações ordinárias de nossa emissão, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, conversão esta que estava condicionada à publicação do Anúncio de Início de uma oferta pública inicial de ações (“Oferta”), a qual ocorreu em 16 de abril de 2013. Ainda em 19 de fevereiro de 2013, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de nossa emissão, na proporção de uma ação para cada grupo de 100 ações anteriormente existentes, grupamento este que também estava condicionado à publicação do Anúncio de Início da Oferta.

Em 15 de abril de 2013, no âmbito da Oferta, aprovamos em reunião do Conselho de Administração o aumento do nosso capital social, dentro do limite autorizado, no valor de R\$700.000.005,00, passando de R\$1.790.036.006,57 para R\$2.490.036.011,57. Referido aumento de capital foi resultado da emissão, para subscrição pública no âmbito da Oferta, de 46.666.667 ações ordinárias, no valor de R\$ 15,00, com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., e nos termos do nosso Estatuto Social, sendo que as ações emitidas em virtude do aumento de capital foram objeto de distribuição pública no Brasil, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação de ações no exterior. Referido aumento de capital foi homologado em 16 de abril de 2013, quando nosso capital social passou a ser representado por 206.810.613 ações ordinárias de nossa emissão.

Em 31 de março de 2014, possuíamos um endividamento total de R\$5.321,7 milhões, incluindo financiamentos realizados junto a bancos de desenvolvimento, o que correspondeu a um aumento de R\$99,9 milhões. Esta variação foi impactada principalmente pelo aumento da parcela dívida em dólares norte-americanos, em função da depreciação do real neste exercício.

De acordo com a nossa estratégia comercial, estocamos parte da nossa produção de etanol para comercialização durante a entressafra. Da mesma forma, dependendo da cotação do preço de mercado, podemos manter estoques de açúcar para obter uma melhor rentabilidade dos nossos resultados.

No tocante aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, nosso endividamento total, incluindo financiamentos realizados junto a bancos de desenvolvimento, totalizava R\$5.221,8 milhões e R\$5.471,2 milhões, respectivamente.

Nestes períodos, nossas disponibilidades de caixa e aplicações financeiras totalizaram, respectivamente, R\$1.848,1 milhões em 31 de março de 2014, R\$1.363,9 milhões em 31 de março de 2013 e R\$1.207,6 milhões em 31 de março de 2012, resultando em uma Dívida Líquida de R\$3.473,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, R\$3.857,9 no exercício social encerrado em 31 de março de 2013 e R\$4.263,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. A variação da nossa Dívida Líquida nos períodos acima descritos ocorreu principalmente em virtude das maiores disponibilidades de caixa entre os exercícios. Em 31 de março de 2014, possuíamos R\$ 505,0 milhões em estoques, avaliados a valor de custo. Deste montante, R\$171,7 milhões eram estoques de etanol e açúcar, produtos de rápida comercialização e que podem ser oferecidos como lastro em operações financeiras, representando uma fonte de liquidez adicional. Nossa Dívida Líquida Ajustada, considerando os estoques de alta liquidez totalizou R\$3.301,9 milhões em 31 de março de 2014, uma redução de R\$357,8 milhões em relação ao exercício anterior. Os principais fatores que impactaram na diminuição da dívida líquida ajustada foram: (i) utilização dos recursos do IPO, em oferta de R\$700 milhões; (ii) amortização de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs) e outros financiamentos internacionais, parcialmente compensadas por novas captações; (iii) Redução das necessidades de capital de giro em R\$171 milhões.

No tocante aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2013, e 31 de março de 2012, possuíamos R\$593,4 milhões e R\$755,4 milhões em estoques, avaliados a valor de custo, respectivamente. Destes montantes, em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, R\$198,2 milhões e R\$418,1 milhões eram estoques de etanol e açúcar, respectivamente. Esta diminuição ocorreu em função das oportunidades comerciais de liquidação dos estoques ocorridas no último trimestre do exercício de 2013. Nossa Dívida Líquida Ajustada, considerando os estoques de alta liquidez totalizou R\$3.659,7 milhões em 31 de março de 2013 e R\$3.845,5 milhões em 31 de março de 2012.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

Nossos Diretores acreditam que possuímos perfil de endividamento, fluxo de caixa, posição de liquidez e recursos suficientes para cobrir nossas necessidades correntes e de longo prazo, embora não seja possível garantir que essa situação permanecerá inalterada. Na eventualidade de necessitarmos de recursos financeiros adicionais, nossos Diretores acreditam que temos condições de contratar novos empréstimos para suportar nossas atividades.

A tabela abaixo mostra a parcela de curto e longo prazo de nossa Dívida Líquida, bem como a Dívida Líquida deduzida dos estoques de alta liquidez nos 3 últimos exercícios sociais:

	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2012
Moeda	Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazo (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazo (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de curto e longo prazo (R\$ mil)
Real	1.615.829	1.756.586	2.180.126
Dólar norte-americano	3.705.912	3.465.226	3.291.038
<b>Total</b>	<b>5.321.741</b>	<b>5.221.812</b>	<b>5.471.164</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.729.602)	(791.728)	(794.397)
Aplicações Financeiras	(118.535)	(572.211)	(413.229)



<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.473.604</b>	<b>3.857.873</b>	<b>4.263.538</b>
Estoques de Alta Liquidez Disponíveis Para Venda:	(171.693)	(198.183)	(418.063)
Açúcar	(60,292)	(65.293)	(129.735)
Etanol	(131.999)	(154.399)	(310.516)
Provisão para margem negativa	20.598	21.509	22.188
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>3.301.911</b>	<b>3.659.690</b>	<b>3.845.475</b>

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Utilizamos diversas fontes de recursos para o financiamento de nossas atividades. Possuímos linhas de crédito com bancos comerciais de primeira linha tanto no Brasil quanto no exterior, assim como contamos com a possibilidade de obter financiamentos junto ao nosso controlador.

Para nossos investimentos em ativos não circulantes, tais como expansão das nossas Unidades Industriais e dos nossos ativos de cogeração (“brownfields”) e desenvolvimento de novos projetos (“greenfields”), utilizamos nossa própria geração de caixa, linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), bem como linhas de financiamento do Banco do Nordeste do Brasil.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Para suprir eventuais deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, contamos com bons relacionamentos junto aos principais bancos comerciais de primeira linha, atuantes no país ou no exterior, assim como contamos com a possibilidade de obter financiamentos junto ao nosso controlador. Além disso, os produtos que fabricamos possuem alto grau de liquidez e podem ser facilmente comercializados, transformando-se em disponibilidades de caixa ou podendo ser oferecidos como lastro em operações financeiras.

Os investimentos em ativos não-circulantes serão financiados por capital próprio e por meio de linhas específicas para essa finalidade, obtidas junto a bancos comerciais e/ou bancos de desenvolvimento.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.**

Em 31 de março de 2014, possuíamos um endividamento de R\$5.321,7 milhões, dos quais 64,2%% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo, comparado a um endividamento de R\$5.221,8 milhões em 31 de março de 2013, dos quais 76,0% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo e em 31 de março de 2012, possuíamos um endividamento de R\$5.471,2 milhões, dos quais 67,1% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo. Nestes períodos, nosso caixa total (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) totalizou, respectivamente, R\$1.848,1 milhões

em 31 de março de 2014, R\$1.363,9 milhões em 31 de março de 2013 e R\$1.207,6 milhões em 31 de março de 2012, resultando em uma Dívida Líquida de R\$3.473,6 milhões em 31 de março de 2014, R\$ 3.857,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013 e R\$4.263,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de março de 2012.

Do total de endividamento no período findo em 31 de março de 2014, 69,6% correspondiam a empréstimos e financiamentos em dólares norte-americanos, uma vez que parte de nossas receitas são denominadas em dólares norte-americanos. Do total de endividamento em 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012, 66,4% e 60,2%, respectivamente, correspondiam a empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos. Designamos as dívidas em dólar norte-americano no valor de US\$713,4 milhões (março 2014), US\$889,2 (março 2013) e US\$696,3 milhões (março 2012), respectivamente, como instrumentos de hedge dos fluxos de exportações futuras (“Hedge Accounting – Natural Hedge”).

A tabela abaixo mostra a posição dos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, divididos por moeda, no exercício social encerrado em 31 de março de 2014:

Moeda	Empréstimos e Financiamentos de curto prazo (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de 1 a 3 anos (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de 3 a 5 anos (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos mais de 5 anos (R\$ mil)	Total da dívida (R\$ mil)
Real	401.886	654.750	178.596	380.597	<b>1.615.829</b>
Dólar norte-americano	1.505.150	1.538.707	196.861	465.193	<b>3.705.912</b>
<b>Total</b>	<b>1.907.036</b>	<b>2.193.457</b>	<b>375.457</b>	<b>845.791</b>	<b>5.321.741</b>

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A tabela abaixo apresenta nossos principais empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2014, incluindo nossa Dívida Refinanciada (conforme termo abaixo definido):

Empréstimos e Financiamentos	Denominado em Real (R\$ mil)	Denominado em Dólar norte-americano (R\$ mil)	Total (R\$ mil)
Dívida Refinanciada	727.215	914.756	1.641.971
Agências de Desenvolvimento (BNDES/FINAME/FCO/FNE)	494.558	-	494.558
Financiamentos à exportação	380.274	2.791.156	3.171.430
Outros	13.781	-	13.781
<b>Total</b>	<b>1.615.829</b>	<b>3.705.912</b>	<b>5.321.741</b>

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2014.

Refinanciamento das dívidas do Grupo Santelisa Vale

Em 26 de outubro de 2009 foi implementada a fusão com o Grupo Santelisa Vale. No âmbito de tal fusão, parte substancial das dívidas bancárias da Santelisa Vale Bioenergia S.A.

(atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.) e da Usina Continental S.A. (sucetida por incorporação pela LDC-SEV Bioenergia S.A., atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.) foi refinanciada junto aos principais credores da Santelisa Vale Bioenergia S.A. e da Usina Continental S.A. (“Dívida Refinanciada”), nos termos do Contrato Global (conforme acima definido). Tal refinanciamento englobou a renegociação de taxas e prazos, incluindo o alongamento do prazo de pagamento de parte dessa dívida em até 15 anos, contado a partir de 10 de julho de 2009, com dois anos de carência de juros e quatro anos de carência do principal. Para a Dívida Refinanciada denominada em dólar norte-americano, celebramos contratos de pré-pagamento de exportação com taxa de juros Libor acrescida de uma margem. Já com relação à Dívida Refinanciada denominada em Reais, emitimos debêntures não-conversíveis em ações e celebramos contratos bilaterais com taxa de juros CDI acrescida de uma margem. A Dívida Refinanciada é garantida por ações de emissão da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.), alguns dos ativos e determinado fluxo de recebíveis da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.).

Conforme acima mencionado, parte da instrumentalização da Dívida Refinanciada foi realizada por meio da emissão, pela LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.), em 22 de setembro de 2011, de 3.822.161 debêntures não conversíveis em ações, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM nº 476”) e da escritura firmada em 14 de julho de 2011, conforme descrito no item 18.5 deste Formulário de Referência. As debêntures emitidas pela LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.) contam com as mesmas garantias da Dívida Refinanciada.

Em 31 de março de 2014, nossa Dívida Refinanciada totalizava R\$1.641,9 milhões, sendo que (a) R\$727,2 milhões correspondiam à dívida denominada em Reais, dos quais R\$369,2 milhões foram instrumentalizados por meio de emissão de debêntures em setembro de 2011, nos termos da Instrução CVM nº 476 e (b) R\$918,8 milhões correspondiam à dívida denominada em moeda estrangeira, exclusivamente em dólares norte-americanos, instrumentalizada por meio de operação de pré-pagamento de exportação.

#### Financiamentos junto ao BNDES

Os financiamentos junto ao BNDES são corrigidos pela taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) acrescida da remuneração básica do BNDES e da taxa de remuneração da instituição financeira repassadora, se aplicável, e são utilizados para os projetos de expansão de nossas Unidades Industriais e de Brownfields, bem como para o desenvolvimento de Greenfields, com prazo máximo de 7 a 14 anos. Os financiamentos na modalidade FINAME são repasses de financiamento do BNDES utilizados para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, com prazo máximo de 5 a 8 anos.

Em 31 de março de 2014, o saldo dos financiamentos junto ao BNDES era de R\$356,2 milhões, incluindo o saldo dos financiamentos da modalidade FINAME, que corresponde a 6,7% dos financiamentos contratados.

#### Financiamento junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (“FCO”) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FCE”)

Temos também linha de financiamento do FCO, administrada pelo Banco do Brasil S.A., para financiamentos de projetos no Centro-Oeste, e linha de financiamento do FCE, administrada pelo Banco do Nordeste do Brasil, para financiamentos de projetos no Nordeste. As referidas linhas são corrigidas por taxas de juros sujeitas a bônus de adimplência e os respectivos financiamentos são garantidos pelos próprios ativos financiados.

Em 31 de março de 2014, o saldo do financiamento junto ao FCO era de R\$124,2 milhões, enquanto que o saldo do financiamento junto ao FCE era de R\$14,1 milhões, que correspondem a 2,3% e 0,3%, respectivamente, dos financiamentos contratados.

Financiamentos à exportação

Utilizamos ainda linhas de financiamento à exportação, geralmente denominadas em dólares norte- americanos, junto a bancos comerciais de primeira linha, nacionais e estrangeiros, usualmente lastreadas no nosso fluxo de recebíveis de exportação, bem como junto ao nosso controlador.

O saldo das nossas linhas de financiamento à exportação em 31 de março de 2014 era de R\$3.171,4 milhões, que corresponde a 59,6% dos financiamentos contratados. Abaixo listamos os principais financiamentos deste grupo:

a) Nota de Crédito à Exportação em favor do Banco do Brasil S.A.

Em 06 de dezembro de 2011, emitimos uma nota de crédito à exportação em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$200,0 milhões. A liquidação desta nota de crédito foi realizada em 28 de janeiro de 2013. No mesmo dia emitimos duas notas de crédito à exportação totalizando R\$194,0 milhões, ambas com vencimento em 24 de março de 2014. Em 28 de março de 2013 celebramos junto ao Banco do Brasil S.A. aditivos que, dentre outras mudanças, alteraram o vencimento final das notas para 24 de abril de 2016. Sobre o saldo devedor incidem encargos, calculados com base no índice de remuneração básica das cadernetas de poupança (IRP), na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil. Esta nota de crédito é garantida por aval da Biosev Bioenergia S.A..

O saldo em 31 de março de 2014 destas notas de crédito à exportação era de R\$203,2 milhões, que corresponde a 3,8% dos financiamentos contratados.

b) Cédulas de Crédito à Exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A.

Em 28 de março de 2011, nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A., emitiu notas de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., totalizando R\$100,0 milhões. Os recursos foram destinados ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Em 25 de março de 2013 celebramos junto ao Banco BTG Pactual S.A. aditamentos que, dentre outras alterações, converteram a denominação dos financiamentos para “cédulas de crédito à exportação”, alongaram o vencimento final para 22 de abril de 2016 e converteram o saldo para o equivalente denominado em dólares. Sobre o saldo devedor incide uma taxa fixa. Estes contratos são garantidos por aval da Companhia.

Em 30 de março de 2012, emitimos uma cédula de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$ 100,0 milhões, destinada ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Em 25 de março de 2013 celebramos junto ao BTG Pactual S.A. um aditamento que, dentre outras alterações, alongou o vencimento final para 22 de abril de 2016 e converteu o saldo para o equivalente denominado em dólares. Sobre o saldo devedor incide uma taxa fixa. Este contrato é garantido por (i) aval da Biosev Bioenergia S.A., e (ii) por alienação fiduciária de bens móveis.

Em 26 de março de 2013 emitimos uma Cédula de Crédito à Exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., no valor de US\$ 50,0 milhões, destinada ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. O vencimento final desta nota é 22 de abril de 2016. Sobre o saldo devedor incide uma taxa fixa. Este contrato é garantido por (i) aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A., e (ii) por alienação fiduciária de bens móveis.

Em 18 de Junho 2013, foi firmado um instrumento particular de penhor mercantil de etanol e/ou açúcar, o qual substituiu a alienação fiduciária de bens móveis que garantia as cédulas de crédito à exportação acima mencionadas.

O saldo das operações acima mencionadas, em 31 de março de 2014, era de R\$338,2 milhões, que corresponde a 6,4% dos financiamentos contratados.

*c) Empréstimo Sindicalizado*

Em 16 de julho de 2012, a nossa subsidiária, LDC Bioenergia International S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia International S.A.), firmou um contrato de empréstimo com um sindicato composto por seis bancos, liderado pelo Credit Agricole Corporate and Investment Bank, London Branch e pelo Natixis, no valor de US\$210,0 milhões, dos quais (i) US\$126,0 milhões referem-se a uma parcela amortizável em sete parcelas, com vencimento final em 31 de janeiro de 2015; e (ii) US\$84,0 milhões referem-se a uma parcela rotativa, com vencimento final em 31 de janeiro de 2015, sendo que o prazo de repagamento de cada desembolso da parcela rotativa é de, no máximo, um ano. Em 31 de dezembro de 2012, havíamos captado a totalidade dos recursos de ambas parcelas (i) e (ii). O financiamento é garantido por nosso aval e pelo aval de nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A. O empréstimo também é parcialmente garantido por penhor de cana e/ou fluxo de recebíveis de exportação.

Em 31 de março de 2014, o saldo do empréstimo sindicalizado era de R\$294,6 milhões, que corresponde a 5,5% dos financiamentos contratados.

*d) Pré-pagamento de Exportação do Banco Bradesco S.A.*

Em 1 de novembro de 2010 e 13 de outubro de 2011, celebramos com o Banco Bradesco S.A., respectivamente, uma operação de pré-pagamento à exportação no valor de US\$195,0 milhões, e duas operações de pré-pagamento à exportação, no valor total de US\$42,0 milhões. Tais operações possuíam datas de vencimento distintas, sendo que a mais longa possuía vencimento em 04 de outubro de 2013. Em 23 de outubro de 2012, as referidas operações foram alongadas, e as respectivas datas de vencimento passaram a ser 22 de outubro de 2014, 31 de março de 2015 e 24 de setembro de 2015. Os pré-pagamentos são garantidos por aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A.

Em 31 de março de 2014, o saldo de tais operações era de R\$334,4 milhões, que corresponde a 6,3% dos financiamentos contratados.

*(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.*

Além das relações de longo prazo mencionadas acima, possuímos operações de proteção (hedge) de taxa de juros junto a bancos brasileiros e internacionais, para proteção de parte da Dívida Refinanciada denominada em dólares norte-americanos com taxa de juros Libor. Firmamos dois contratos (Swap Libor) com bancos de primeira linha, os quais seguem o mesmo fluxo de amortização e pagamento de juros da Dívida Refinanciada com vencimento final em 2024

*(iii) grau de subordinação entre as dívidas.*

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e as prerrogativas previstas em lei. Algumas de nossas dívidas, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, incluindo os FINAMES e as linhas de financiamento do FCO e do FNE, bem como a Dívida Refinanciada da Santelisa Vale Bioenergia S.A. e o Empréstimo Sindicalizado, estão garantidas com ativos reais.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Alguns empréstimos e financiamentos que assumimos contêm cláusulas restritivas de mudança de controle societário usuais para este tipo de operação. Além disso, aqueles envolvendo a Dívida Refinanciada e certos financiamentos à exportação impõem restrições de endividamento mensuradas por meio de índices financeiros relacionados à liquidez corrente, EBITDA sobre despesa financeira líquida e dívida líquida sobre EBITDA (conforme tais termos são definidos nos respectivos contratos). Tais índices financeiros são aplicáveis a partir de 31 de março de 2011 e são apurados anualmente com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas. A tabela abaixo mostra os índices financeiros aplicáveis desde 31 de março de 2011:

Índices Financeiros	Objetivo em 31/03/2011	Objetivo em 31/03/2012	Objetivo em 31/03/2013	Objetivo a partir de 31/03/2014
Liquidez corrente – maior ou igual:	1,0	1,1	1,1	1,1
EBITDA sobre despesa financeira líquida – maior ou igual	1,5	1,5	2,0	2,5
Dívida líquida sobre EBITDA – menor ou igual	5,0	5,0	4,5	3,5

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2014, 31 de março de 2013, 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011, atendemos a todos os nossos compromissos contratuais de empréstimos e financiamentos.

Alguns empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas de alienação de ativos, dentre outras usuais para este tipo de operação. As cláusulas restritivas de alienação de ativos constantes dos nossos principais contratos (conforme identificados no item 10.1.(f).(i) acima) impõem, na maioria dos casos, determinadas condições à alienação de nossos ativos fixos. Dentre referidas condições, as principais referem-se à exigência de que, conforme estipulado em cada um dos respectivos contratos, (i) tais alienações sejam realizadas no curso ordinário das atividades da Companhia; ou (ii) os recursos decorrentes de tais alienações sejam utilizados para adquirir outro(s) ativo(s) visando a substituição do(s) ativo(s) alienado(s), ou sejam utilizados em projeto de investimento da Companhia (respeitados os termos do respectivo contrato), ou ainda, sejam utilizados para amortizar a respectiva dívida (no caso da Dívida Refinanciada); ou (iii) tais alienações envolvam ativos (a) cuja alienação acarrete uma redução da capacidade total de moagem da Companhia (assim considerada no agregado) até um determinado percentual (conforme estipulado no respectivo contrato), desde que não gerem um efeito adverso material (conforme definido nos respectivos contratos), ou, conforme o caso, (b) que tenham valor de venda ou valor contábil superior a um determinado valor (conforme estipulado no respectivo contrato).

Em alguns de nossos principais contratos (conforme identificados no item 10.1.(f).(i) acima) há ainda cláusulas que restringem a oneração (o que inclui a alienação fiduciária) de nossos ativos, permitindo a sua oneração em casos específicos, conforme estipulado em cada um dos respectivos contratos. Dentre as hipóteses permissivas, além daquelas realizadas no curso normal dos negócios da Companhia, as principais referem-se a onerações (i) sobre quaisquer ativos que garantam dívidas incorridas ou assumidas com o propósito de financiar, no todo ou em parte, custo de aquisição do bem onerado, (ii) que se apresentem sobre a forma de servidão, faixa de domínio, restrição ou outra limitação imposta em decorrência do curso normal dos negócios, (iii) constituídos em favor de instituições multilaterais de crédito, incluindo

BNDES, (iv) constituídos sobre cana-de-açúcar, estoques e recebíveis da Companhia no curso normal dos negócios até um determinado percentual (estipulado nos termos de cada contrato) do total de cana-de-açúcar, estoques e recebíveis da Companhia.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 14 de junho de 2012, contratamos um financiamento junto ao BNDES, para financiar nosso projeto de expansão de cogeração de energia elétrica da Unidade Industrial de Lagoa da Prata. O financiamento tem prazo limite de amortização de 150 meses e taxa de 1,4% ao ano acima da TJLP. Em 31 de março de 2014 não há saldo em aberto, uma vez que o crédito objeto do financiamento ainda não foi utilizado.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Nossas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas sob responsabilidade de nossa administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Adicionalmente, nossas demonstrações financeiras consolidadas foram auditadas por auditores independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

As informações financeiras constantes de nossas demonstrações financeiras consolidadas refletem adequadamente o resultado consolidado de nossas operações e nossa situação patrimonial e financeira consolidada nos respectivos períodos a que se referem.

Abaixo foram listadas as linhas de nossa demonstração do resultado consolidado, nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2014, 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012:

(Valores expressos em R\$ mil)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
	31.03.14	AV <sup>(1)</sup>	AH 2013 - 2012 <sup>(1)</sup>	31.03.13	AV <sup>(1)</sup>	AH 2013 - 2012 <sup>(1)</sup>	31.03.12	AV <sup>(1)</sup>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>4.267.523</b>	<b>100%</b>	<b>2,78%</b>	<b>4.152.209</b>	<b>100%</b>	<b>22,02%</b>	<b>3.402.895</b>	<b>100,00%</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-3.707.116	-86,87%	-1,45%	-3.761.668	-90,59%	27,71%	-2.945.564	-86,60%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO</b>	<b>560.407</b>	<b>13,13%</b>	<b>43,50%</b>	<b>390.541</b>	<b>9,41%</b>	<b>-14,60%</b>	<b>457.331</b>	<b>13,40%</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>								
Gerais, administrativas e de vendas	-559.876	-13,12%	1,75%	-550.252	-13,25%	16,46%	-472.487	-13,90%
Receitas financeiras	201.580	4,72%	-4,93%	212.032	5,11%	-26,79%	289.609	8,50%
Despesas financeiras	-594.319	-13,93%	-18,93%	-733.073	-17,66%	4,48%	-701.616	-20,60%
Variação Cambial	-184.040	-4,31%	53,39%	-119.985	-2,89%	73,22%	-69.268	-2,00%
Ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico - não realizados	-125.399	-2,94%	-10,92%	-140.776	-3,39%	-231,34%	107.183	3,10%
Resultado de equivalência patrimonial	-1.612	-0,04%	-41,97%	-2.778	-0,07%	57,66%	-1.762	-0,10%
Outras receitas operacionais	246.891	5,79%	-25,21%	330.133	7,95%	188,98%	114.242	3,40%
Outras despesas operacionais	-645.956	-15,14%	100,93%	-321.477	-7,74%	137,44%	-135.393	-4,00%
<b>Despesas operacionais, líquidas</b>	<b>-1.662.731</b>	<b>-38,96%</b>	<b>25,38%</b>	<b>-1.326.176</b>	<b>-31,94%</b>	<b>52,52%</b>	<b>-869.492</b>	<b>-25,60%</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>-1.102.324</b>	<b>-25,83%</b>	<b>17,82%</b>	<b>-935.635</b>	<b>-22,53%</b>	<b>127,01%</b>	<b>-412.161</b>	<b>-12,10%</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-364.475	-8,54%	-215,31%	316.077	7,61%	138,17%	132.708	3,90%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-1.466.799</b>	<b>-34,37%</b>	<b>136,75%</b>	<b>-619.558</b>	<b>-14,92%</b>	<b>121,70%</b>	<b>-279.453</b>	<b>-8,20%</b>

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a contribuição percentual de cada linha componente da nossa Receita Líquida em relação ao seu total.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha componente da nossa Receita Líquida entre 2014 e 2013.

(3) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha componente de nossa Receita Líquida entre 2013 e 2012.



### Deduções da Receita Bruta

A receita líquida é calculada deduzindo-se da receita bruta os impostos incidentes sobre receita de venda de produtos e serviços e devoluções. Abaixo descrevemos os impostos sobre vendas de produtos e serviços que impactam esta linha da demonstração do resultado consolidado:

### ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre as operações em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As deduções de nossa receita bruta referem-se ao ICMS (além do PIS/COFINS) incidente sobre operações de venda de mercadorias, devoluções e descontos incondicionais. As alíquotas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

### PIS e COFINS

Sobre a receita dos produtos fabricados pela companhia, recai a incidência tributária do Programa de Integração Social – PIS e Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A receita auferida do açúcar, com exceção do açúcar líquido, possui isenção de alíquota para as duas contribuições, enquanto que para o etanol, as alíquotas são fixadas em R\$21,43 e R\$98,57 por metro cúbico, respectivamente. Aos fabricantes de etanol foi concedido crédito presumido das contribuições nas mesmas alíquotas definidas para pagamento. Para os demais produtos é aplicada as alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS. Adotamos o regime não cumulativo de apuração das contribuições em ambos os produtos, sendo possível o direito a apropriação de créditos advindos em aquisições de insumos, custos operacionais, depreciação de ativos e outras despesas.

### Receita Líquida

Nossa receita líquida é composta principalmente por (i) venda de açúcar e etanol no mercado interno e externo, (ii) venda de energia elétrica no mercado interno, (iii) resultado de instrumentos financeiros derivativos realizados e (iv) venda de outros produtos. A venda de produtos abrange as receitas referentes à comercialização de nossos produtos, enquanto que o resultado de instrumentos derivativos realizados consiste nos resultados de tais derivativos que foram utilizados como proteção (hedge) para nossas vendas.

A receita líquida totalizou R\$4.267,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, um montante 2,8% superior ao valor de R\$4.152,2 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de março de 2013. Esta variação decorreu principalmente do aumento dos preços médios de açúcar em 1,2%, do aumento dos volumes de vendas e preços do etanol, e do crescimento de 28,0% na receita de cogeração.

Nossas receitas líquidas aumentaram 22,0% no exercício social encerrado em 31 de março de 2013, passando de R\$3.402,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012 para R\$4.152,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013. Esta variação decorreu principalmente do aumento de 23,3% do volume de vendas de açúcar e 14,1% do volume de vendas de etanol, bem como do aumento de 4,1% no preço médio de açúcar.

Ao compararmos o exercício social encerrado em 31 de março de 2012 com o período de doze meses encerrado em 31 de março de 2011, observamos um aumento de 6,8% em nossas receitas líquidas, que passaram de R\$3.186,5 milhões no período de doze meses encerrado

em 31 de março de 2011 para R\$3.402,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. Esta variação decorreu principalmente do aumento de 33,1% do preço médio do açúcar e de 25,5% do preço médio do etanol, que foi parcialmente compensado por uma diminuição de 14,0% no volume de vendas de açúcar e de 18,1% no volume de vendas de etanol, decorrentes da quebra de safra da cana-de-açúcar verificada no período.

A tabela abaixo indica a divisão de nossa receita líquida por tipo de produto produzido por nós, bem como a respectiva divisão entre mercado interno e mercado externo nos períodos abaixo indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de março de 2014			Exercício social encerrado em 31 de março de 2013			Exercício social encerrado em 31 de março de 2012	
	(R\$ mil)	AV <sup>(1)</sup>	AH <sup>(1)</sup> 2014-2013	(R\$ mil)	AV <sup>(1)</sup>	AH <sup>(1)</sup> 2013-2012	(R\$ mil)	AV <sup>(1)</sup>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>								
<b>Mercado Interno</b>	<b>1.876.564</b>	<b>43,97%</b>	<b>4,55%</b>	<b>1.794.893</b>	<b>43,23%</b>	<b>-9,71%</b>	<b>1.987.402</b>	<b>58,40%</b>
Açúcar	439.733	10,30%	-14,58%	514.793	12,40%	-26,09%	696.211	20,46%
Etanol	1.151.197	26,98%	11,46%	1.032.860	24,87%	-7,13%	1.111.971	32,68%
Energia	243.351	5,70%	28,01%	190.098	4,58%	43,70%	132.284	3,89%
Outros Produtos	42.283	0,99%	-26,00%	57.142	1,38%	37,95%	46.936	1,38%
<b>Mercado Externo</b>	<b>2.390.959</b>	<b>56,03%</b>	<b>1,43%</b>	<b>2.357.316</b>	<b>56,77%</b>	<b>66,60%</b>	<b>1.415.493</b>	<b>41,60%</b>
Açúcar	1.777.359	41,65%	-5,86%	1.888.019	45,47%	60,72%	1.174.975	34,53%
Etanol	517.869	12,14%	10,35%	469.296	11,30%	95,87%	239.828	7,05%
Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Produtos	95731	2,24%	0,00%	1	0,00%	-99,86%	690	0,02%
<b>TOTAL da Receita Líquida</b>	<b>4.267.523</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,78%</b>	<b>4.152.209</b>	<b>100,00%</b>	<b>22,02%</b>	<b>3.402.895</b>	<b>100,00%</b>

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a contribuição percentual de cada linha componente da nossa Receita Líquida em relação ao seu total.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha componente da nossa Receita Líquida entre os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2014 e 2013.

(3) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha componente da nossa Receita Líquida entre os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2013 e 2012.

Ademais, a tabela abaixo indica a influência do preço do açúcar e do etanol por volume nos períodos abaixo indicados:

PREÇO CONSOLIDADO	Exercício social encerrado em 31 de março de 2014	Exercício social encerrado em 31 de março de 2013	Exercício social encerrado em 31 de março de 2012
Açúcar (R\$/ton)	1.013,83	1.001,39	961,71
Etanol (R\$/m³)	1.369,37	1.283,03	1.317,33

Para referência, a tabela abaixo indica os volumes de venda do açúcar e do etanol nos exercícios indicados:

VOLUME DE VENDAS	Exercício social encerrado em 31 de março de 2014	Exercício social encerrado em 31 de março de 2013	Exercício social encerrado em 31 de março de 2012
Açúcar (ton)	2.186.850	2.399.485	1.945.679
Etanol (m³)	1.218.859	1.170.790	1.026.162

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Nossos custos de produtos vendidos e serviços prestados decorrem principalmente de (i) custos de produção de cana de açúcar própria e de aquisição de cana de açúcar de terceiros; (ii) custos com corte, carregamento e transporte da cana de açúcar; (iii) custos de produção industrial; (iv) insumos industriais; (v) depreciações e (vi) amortizações.

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 3,7 bilhões, um montante 1,5% inferior em comparação à safra anterior. Os principais fatores que impactaram os custos foram: (i) redução de R\$208 milhões nas amortizações de plantio, reflexo principalmente do menor volume de cana própria moída na safra 13/14; (ii) a redução de R\$112 milhões na linha de depreciações e amortizações, essencialmente pelo menor período de entressafra 13/14 em relação à entressafra 12/13; (iii) aumento de 3,5% dos custos com matéria prima, em função do acréscimo da proporção de cana de terceiros no mix. Este incremento foi em parte compensado pela redução de 3,3% no preço final do kg de ATR de São Paulo (CONSECANA), que fechou a safra 13/14 em R\$0,4572 kg/ton, contra R\$0,4728 kg/ton na safra 12/13; (iv) a redução de 14,3% nos gastos com insumos industriais, que refletem fundamentalmente a menor produção de açúcar refinado e cristal (decréscimo de aproximadamente 20%), gerando menores custos com embalagens. O custo dos produtos vendidos aumentou 27,7% no exercício social encerrado em 31 de março de 2013, passando de R\$ 2.945,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012 para R\$ 3.761,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013, resultado principalmente (i) do aumento do volume de processamento e venda na safra 12/13 em relação à safra passada, com impacto nos custos variáveis; (ii) as amortizações de plantio e tratos totalizaram R\$ 572,1 milhões na safra 12/13, valores 14,8% maiores quando comparados à safra 11/12, decorrentes do aumento de 55% da área plantada (aproximadamente 20 mil hectares) na safra 11/12 em relação à safra 10/11, o que reflete um acréscimo nas amortizações para as safras seguintes, de acordo com os ciclos de corte da cana; (iii) depreciações e amortizações registraram um aumento de 30,7%, justificado pelo maior período de entressafra entre o final de 2011 e o início da safra 12/13, quando comparado à entressafra entre o final de 2010 e o início da safra 11/12. O período de entressafra entre o final de 2011 e o início da safra 12/13 foi de 170 dias contra 135 entre o final de 2010 e o início da safra 11/12, o que ocasionou que os gastos diferidos a serem amortizados durante a safra 12/13 fossem maiores; (iv) o aumento de 26,6% em matéria prima na safra 12/13 é resultado da renovação de contratos de arrendamento, concessão de prêmios mais altos e também um maior volume de cana de terceiros no mix; (v) a mercadoria de revenda aumentou 111,0%, totalizando R\$493,7 milhões contra R\$233,9 milhões na safra 11/12, devido a um maior volume de produtos acabados comprados no mercado; (vi) maior período de safra em 12/13, totalizando 228 dias contra 206 registrados na safra 11/12, incorrendo em maiores custos fixos dentro da safra 12/13. Em contrapartida, o diferimento destes custos para a safra 13/14 será menor; (vii) impacto não caixa de R\$126,5 milhões negativos relacionado a perdas no valor justo do ativo biológico realizado, montante 97,4% maior que os R\$64,1 milhões negativos registrados em 11/12. Estas perdas são decorrentes da queda no preço dos contratos futuros de açúcar (NY#11) e estimativas dos preços futuros de etanol.

Ao compararmos o exercício social encerrado em 31 de março de 2012 com o período encerrado em 31 de março de 2011, observamos que o custo dos produtos vendidos aumentou 27,7%, passando de R\$2.307,2 milhões em 31 de março de 2011 para R\$2.945,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, resultado principalmente (i) do aumento do custo da cana de açúcar própria e do custo de aquisição de cana de açúcar de terceiros atrelado ao aumento do preço do ATR (Açúcar Total Recuperável) (Reais/tonelada de cana), derivado da valorização dos preços do açúcar e do etanol apurada no período; (ii) da variação positiva dos índices de inflação aplicáveis aos custos de mão-de-obra, aos contratos de prestação de serviços e aos custos fixos; (iii) de maiores investimentos na manutenção de nossas máquinas e equipamentos, e (iv) de reversões contábeis, sobretudo a parte da reversão

de um ajuste positivo do valor justo do nosso ativo biológico reconhecido no exercício social encerrado em 31 de março de 2011, resultante principalmente do aumento dos preços de 24,8% ocorrido no referido exercício de 2011.

### Lucro (Prejuízo) Bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$560 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, um aumento de 43,5% em relação ao ano anterior. Este aumento reflete variações de itens não caixa do CPV, explicados acima. Nosso lucro bruto diminuiu 14,6%, passando de R\$457,3 milhões no exercício social em 31 de março de 2012 para R\$ 390,5 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2013. Nosso lucro bruto diminuiu 48,0%, passando de R\$879,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011 para R\$457,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012.

### Receitas (Despesas) Operacionais

#### Gerais, Administrativas e de Vendas

As despesas gerais, administrativas e de vendas consistem, principalmente, em gastos com fretes, pessoal (salários e demais despesas com pessoal), serviços prestados por terceiros (serviços profissionais e consultorias), e depreciação e gastos relacionados à estrutura de gestão.

Nossas despesas gerais, administrativas e de vendas totalizaram R\$525 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2014, 2,2% acima do montante observado no exercício anterior. O item que mais contribuiu para esse aumento foi o de Serviços, cujos gastos estão associados a projetos de consultorias. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de 25,0% nas despesas de embarque, em função da menor exportação de açúcar neste exercício.

Nossas despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 16,5% no exercício encerrado em 31 de março de 2013, passando de R\$472,5 milhões para no exercício social de 31 de março de 2012, para R\$550,3 milhões em 31 de março de 2013. Esta variação decorreu principalmente do aumento de 10,4% nas despesas com pessoal, resultante principalmente do ajuste de salários por acordo coletivo, aumento das despesas com frete em 36,7% devido aos maiores volumes de açúcar e etanol exportados na safra 12/13, bem como aumento nos preços de frete, consequência de uma maior competição na contratação dos fretes em função da demanda de transporte na safra de grãos e aumento de 20,2% nas despesas com serviço, resultado de maiores gastos com a terceirização da segurança patrimonial e demais serviços de consultoria.

Para o exercício social encerrado em 31 de março de 2012 nossas despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 3,8% , passando de R\$455,1 milhões, conforme apuradas no exercício social encerrado em 31 de março de 2011, para R\$472,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. Esta variação decorreu principalmente do aumento com despesas com pessoal de R\$22,1 milhões, despesas com serviços profissionais de R\$18,1 milhões e depreciações de R\$7,6 milhões. Os aumentos nas despesas com pessoal decorreram de revisões salariais no período, aumento no quadro de colaboradores com a reformulação de determinados departamentos administrativos e de suporte, bem como alteração na política de benefícios e a necessidade de maiores gastos com viagens, treinamentos e custos relacionados. Os gastos com serviços profissionais aumentaram em função de honorários com serviços de consultorias em projetos, com assessores jurídicos e tributários, além de reajustes nos preços de alguns contratos pelos índices aplicáveis. O aumento nas despesas com depreciação decorreu dos investimentos com melhorias em sistemas de informação (SAP). Os aumentos mencionados anteriormente foram

compensados por reduções nas contas com fretes e despesas com embarque de R\$18,2 milhões e outras despesas como comissões, associações de classe e aluguel de equipamentos, no total de R\$12,1 milhões.

*Receitas Financeiras, Despesas Financeiras e Variação Cambial*

A tabela abaixo detalha os itens de receitas financeiras, despesas financeiras e da variação cambial apurados nos exercícios sociais indicados a seguir:

(Valores expressos em R\$ mil)	Exercício social findo em 31.03.2014	Exercício social findo em 31.03.2013	Exercício social findo em 31.03.2012
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>201.580</b>	<b>212.032</b>	<b>289.609</b>
Receita de Juros	29.692	32.478	50.865
Rendimento de Aplicações Financeiras em Renda Fixa	38.929	12.180	28.186
Receita de Derivativos – "Swap Libor"	33.215	38.706	-
Receita de Derivativos – Commodities	14.618	23.318	12.058
Receita de Derivativos – Moeda	79.093	104.559	195.917
Descontos Recebidos	330	787	2.419
Outras	5.703	4	164
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>-594.319</b>	<b>-733.073</b>	<b>-701.616</b>
Despesa de Juros	-382.623	-431.620	-422.814
Despesa de Derivativos – Commodities	-3.881	-7.929	-
Despesa de Derivativos – Moeda	-122.079	-198.167	-208.939
Despesa de Derivativos – Swap Libor	-60.399	-64.026	-29.132
Descontos Concedidos	-2.837	-1.447	-1.114
IOF/Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF	-9.826	-5.559	-14.976
Outras	-12.674	-24.325	-24.641
<b>Variação Cambial</b>	<b>-184.040</b>	<b>-119.985</b>	<b>-69.268</b>
<b>Total de Despesas, Receitas Financeiras e Variação Cambial</b>	<b>-576.779</b>	<b>-641.026</b>	<b>-481.275</b>

A partir de janeiro de 2012, passamos a adotar a prática contábil de Hedge Accounting para as operações com derivativos de commodities e câmbio ("Hedge Accounting – Derivativos"). Esta nova prática altera nossas receitas e despesas financeiras dado que a parte efetiva do hedge de câmbio e commodities passa a ser diferida em conta do patrimônio líquido para alocação ao resultado operacional, juntamente com a realização futura do objeto do hedge.

### Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras são resultados obtidos, principalmente, na gestão do nosso caixa, disponibilidades e aplicações financeiras. As receitas oriundas das operações com derivativos (hedge) de câmbio, certas receitas de derivativos de commodities e juros, realizadas de acordo com a nossa política de gestão de riscos, são contabilizadas como receitas financeiras. Outras receitas são compostas basicamente de descontos recebidos relacionados a determinados financiamentos.

As receitas financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2014 totalizaram R\$201,6 milhões, o que representou uma diminuição de 4,9% em relação às receitas financeiras apuradas no exercício social anterior. As receitas relacionadas às operações de derivativos de câmbio, commodities e juros apresentaram de uma redução de 23,8%, decorrente principalmente de menores ganhos das operações com derivativos reconhecidos no resultado, visto que uma parcela é diferida para a conta de Outros Resultados Abrangentes. Os efeitos das operações de derivativos de câmbio, commodities e juros são compensados por ganhos ou perdas operacionais em resultados futuros. Esta redução foi parcialmente compensada por um acréscimo de 219,6% nos rendimentos de aplicações financeiras em renda fixa, que totalizaram R\$38,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, decorrentes de maiores disponibilidades de caixa. As receitas financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2013 totalizaram R\$212,0 milhões, o que representou uma diminuição de 22,3% em relação às receitas financeiras apuradas no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. Comparando o exercício social encerrado em 31 de março de 2013 com o exercício social anterior, as receitas relacionadas às operações de derivativos de câmbio, commodities e juros apresentaram de uma redução de 12,9%, decorrente principalmente de menores ganhos oriundos das operações com derivativos. Os efeitos das operações de derivativos de câmbio, commodities e juros são compensados por ganhos ou perdas operacionais em resultados ou futuros.

No tocante ao exercício social encerrado em 31 de março de 2012, nossas receitas financeiras totalizaram R\$273,0 milhões, o que representou uma diminuição de 23,4% em relação às receitas financeiras apuradas no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Comparando o exercício social encerrado em 31 de março de 2012 com o exercício social anterior, as receitas relacionadas ao rendimento de aplicações financeiras e juros apresentaram um aumento de 126,9%, explicado por um aumento do nível médio de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2012, quando comparada ao nível médio de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2011. As receitas apuradas com as operações de derivativos de câmbio, commodities e juros apresentaram de 2011 para 2012 uma redução de 42,3%, decorrente principalmente de menores ganhos oriundos das operações com derivativos. Os efeitos das operações de derivativos de câmbio, commodities e juros são compensados por ganhos ou perdas operacionais, nos resultados passados ou futuros.

### Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras decorrem, sobretudo, dos encargos de juros incorridos sobre o nosso endividamento e adiantamentos de clientes. As despesas oriundas das operações com derivativos (hedge) de câmbio, commodities e juros (Swaps Libor), realizadas de acordo com a nossa política de gestão de riscos, também são contabilizadas como despesas financeiras.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, nossas despesas financeiras totalizaram R\$594,3 milhões, uma diminuição de 18,9% em relação ao exercício social anterior. As despesas relacionadas às operações de derivativos de câmbio, commodities e juros apresentaram de uma redução de 31,0%, decorrente principalmente de menores ganhos das



A Louis Dreyfus  
Commodities Company

**BIOSEV S.A.**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 11º andar  
Pinheiros – CEP 01452-919  
São Paulo/SP - Brasil

Telefone: 55 11 30396700  
Fax: 55 11 38143235

operações com derivativos reconhecidos no resultado, visto que uma parcela é diferida para a conta de Outros Resultados Abrangentes. Como as operações de derivativos de câmbio, commodities e juros são utilizadas exclusivamente para fins de hedge, seus efeitos são compensados por ganhos ou perdas operacionais nos resultados passados ou futuros. As despesas relacionadas aos juros sobre o nosso endividamento apresentaram um decréscimo de 11,4% em relação ao exercício anterior, resultado do menor endividamento médio quando comparados os dois últimos exercícios. Tal aumento decorreu principalmente da elevação do nosso endividamento médio no período.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, nossas despesas financeiras totalizaram R\$733,1 milhões. Comparando o exercício social encerrado em 31 de março de 2013 com o exercício social encerrado em 31 de março de 2012, as despesas relacionadas aos juros sobre o nosso endividamento apresentaram um aumento de 2,1% em relação ao período anterior. Tal aumento decorreu principalmente da elevação do nosso endividamento médio no período. As despesas apuradas com as operações de derivativos de câmbio, commodities e juros se mantiveram estáveis em ambos os períodos, sem oscilações relevantes. Como as operações de derivativos de câmbio, commodities e juros são utilizadas exclusivamente para fins de hedge, seus efeitos são compensados por ganhos ou perdas operacionais nos resultados passados ou futuros.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, nossas despesas financeiras totalizaram R\$701,6 milhões. Comparando o exercício social encerrado em 31 de março de 2012 com o exercício social encerrado em 31 de março de 2011, as despesas relacionadas aos juros sobre o nosso endividamento apresentaram um aumento de 10,7% em relação ao período anterior. Tal aumento decorreu principalmente da elevação do nosso endividamento médio no período e do aumento do CDI, parcialmente compensado por um custo médio da dívida em Reais inferior ao período anterior, causado principalmente pela captação de recursos de longo prazo do BNDES a custos mais atrativos. As despesas apuradas com as operações de derivativos de câmbio, commodities e juros apresentaram, de 2011 para 2012, um aumento de 8,0%, decorrente principalmente das perdas oriundas de operações com derivativos para proteção contra flutuação de preço de açúcar, câmbio e taxa de juros. Como as operações de derivativos de câmbio, commodities e juros são utilizadas exclusivamente para fins de hedge, seus efeitos são compensados por ganhos ou perdas operacionais nos resultados passados ou futuros.

#### Variação Cambial

O efeito líquido da variação cambial apresentou um resultado de R\$184,0 milhões negativos no exercício social de 31 de março de 2014, frente a um resultado negativo de R\$ 120,0 milhões no exercício social de 31 de março de 2013. Essa variação é decorrente da desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano, que foi de 12,4% contra os 10,5% observados na safra anterior. O montante representa aproximadamente 50% do total da variação cambial incorrido na safra, visto que a parcela restante foi diferida para a conta de Outros Resultados Abrangentes.

No tocante aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2012 e 2011, o efeito líquido da variação cambial apresentou um resultado negativo de R\$69,3 milhões, verificado no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, frente a um resultado positivo de R\$55,6 milhões, verificado no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Esta variação decorreu do efeito da desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano, verificada entre 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011, sobre nossa dívida denominada em dólares norte-americanos. A desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano entre 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011 foi de 11,9%, passando a taxa de câmbio de R\$1,6287 por US\$1,00, em 31 de março de 2011, para R\$1,8221 por US\$1,00 em 31 de março de 2012.

Do total do endividamento verificado em 31 de março de 2012 e em 31 de março de 2011, 60,2% e 54,3%, respectivamente, correspondiam a empréstimos e financiamentos denominados em dólares norte-americanos, uma vez que possuímos receitas de exportações denominadas em dólares norte-americanos. Designamos as dívidas de exportação no valor de US\$696,3 milhões (31 de março de 2012) e US\$475,0 milhões (31 de março de 2011), respectivamente, como instrumentos de hedge dos fluxos de exportações futuras, minimizando assim o impacto da desvalorização cambial em nosso resultado operacional como um todo.

*Ganhos ou Perdas Decorrentes e Mudanças no Valor Justo Menos Custos Estimados de Venda do Ativo Biológico – Não Realizados*

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, os resultados não realizados decorrentes das mudanças no valor justo menos os custos estimados de venda do ativo biológico totalizaram R\$125,4 milhões negativos, o que representou uma diminuição de 10,9% em relação aos R\$140,8 milhões negativos apresentados no exercício anterior.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, os resultados não realizados decorrentes das mudanças no valor justo menos os custos estimados de venda do ativo biológico variaram de um ganho de R\$107,2 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2012 para uma perda de R\$140,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013.

No tocante aos exercícios sociais encerrado em 31 de março de 2012 e 31 de março de 2011, nossos resultados não realizados decorrentes das mudanças no valor justo menos os custos estimados de venda do ativo biológico, apresentaram um aumento de 37,0% no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, passando de um ganho de R\$78,2 milhões em 31 de março de 2011 para um ganho de R\$107,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012.

*Resultado de equivalência patrimonial*

Nosso resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de março de 2014 foi de R\$1,6 milhão negativo. Tal resultado decorreu principalmente do reconhecimento do resultado das operações do TEAG - Terminal Exportador de Açúcar do Guarujá Ltda., joint venture cuja participação societária é por nós indiretamente detida ("TEAG"), que apresentou um resultado positivo de R\$6,8 milhões, frente uma dedução de realização do valor líquido da concessão no montante de R\$8,4 milhões negativos. Passamos a reconhecer contabilmente o resultado das operações do TEAG a partir de 01 de janeiro de 2012.

Nosso resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de março de 2013 foi de R\$2,8 milhões negativo. Tal resultado decorreu principalmente do reconhecimento do resultado das operações do TEAG..

Nosso resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de março de 2012 foi de R\$1,8 milhão negativo e decorreu principalmente do reconhecimento do resultado das operações do TEAG.

*Outras receitas*

As outras receitas operacionais são compostas principalmente por (i) lucro na venda de ativos mantidos para venda e ativos fixos e (ii) reversão de provisões para disputas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.



No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, apresentamos outras receitas operacionais no valor de R\$246,9 milhões, uma diminuição de 25,2% em relação ao exercício anterior. Esta variação negativa reflete o efeito da venda do nosso ativo biológico da Usina São Carlos, realizado no exercício social encerrado em 31 de março de 2013 e foi parcialmente compensada: (i) pela reversão de provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no montante de R\$200,1 milhões para o exercício atual e (ii) pelo resultado na venda de ativos mantidos para vendas (terras) no montante de R\$23,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, tivemos outras receitas operacionais no valor de R\$ 330,1 milhões, as quais representaram um aumento de 189,0% com relação às outras receitas operacionais no valor de R\$114,2 milhões apuradas no exercício social findo em 31 de março de 2012. Esta variação decorreu principalmente da venda do nosso ativo biológico da Usina São Carlos.

Encerramos o exercício social de 31 de março de 2012 com outras receitas operacionais no valor de R\$114,2 milhões, as quais representaram diminuição de 33,8% com relação às outras receitas operacionais no valor de R\$172,6 milhões apuradas no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Esta variação decorreu principalmente de uma diminuição no valor das reversões de provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, no valor de R\$112,4 milhões, parcialmente compensada por um aumento nas receitas oriundas da alienação de ativos mantidos para venda, no valor de R\$36,9 milhões.

#### Outras despesas

As outras despesas operacionais são compostas principalmente por constituição de provisões para disputas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, despesas relacionadas a descontinuação de ativos.

No exercício social de 31 de março de 2014, tivemos outras despesas no valor de R\$645,9 milhões, um aumento de 100,9% em relação ao exercício anterior. Este aumento decorreu principalmente de despesas com hibernação da usina Jardest e desativação de ativos no montante de R\$370,0 milhões. No exercício social de 31 de março de 2013, tivemos outras despesas no valor de R\$321,5 milhões, as quais representaram um aumento de 137,4% em relação às outras despesas de R\$135,4 milhões, apuradas no exercício social findo em 31 de março de 2012. Este aumento decorreu principalmente do aumento dos gastos na venda de ativos da Usina São Carlos, perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos mantidos para venda, bem como despesas com a tentativa frustrada de IPO, ocorrida em 2012.

Encerramos o exercício social de 31 de março de 2012 com outras despesas de R\$135,4 milhões, as quais representaram uma diminuição de 4,1% em relação às outras despesas de R\$141,2 milhões, apuradas no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Esta diminuição decorreu principalmente da redução do valor das provisões constituídas durante os períodos, sobretudo para disputas trabalhistas, reflexo em grande parte das demandas advindas de ex-funcionários da antiga Santelisa Vale S.A. registradas no exercício social encerrado em 31 de março de 2011.

#### Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, tivemos uma despesa total com impostos no valor de R\$364,5 milhões, comparado com uma receita no valor de R\$316,1 milhões no exercício anterior, representando uma variação negativa de R\$680,5 milhões. Destaca-se nesta variação o impacto negativo, de natureza econômica, que foi a provisão de R\$467 milhões referentes à baixa de imposto de renda ativo diferido e R\$264,7 milhões

negativos referentes a créditos não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social encerrado em 31 de março de 2014.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, tivemos uma receita total com impostos no valor de R\$316,1 milhões, comparado com uma receita no valor de R\$132,7 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2012, representando uma variação positiva de R\$183,4 milhões, devido aos resultados antes da tributação sobre o lucro dos respectivos períodos.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, tivemos uma receita total com impostos sobre a renda no valor de R\$132,7 milhões, comparado com uma despesa no valor de R\$55,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011, representando uma variação positiva de R\$187,9 milhões, devido aos resultados antes da tributação sobre o lucro dos respectivos períodos.

### Resultado do Exercício

O resultado do exercício encerrado em 31 de março de 2014 foi de R\$1,5 bilhão negativo, um aumento de 136,7% em relação ao exercício anterior, decorrente dos fatores acima mencionados.

Nosso resultado do exercício aumentou de um prejuízo de R\$279,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012 para R\$ 619,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013.

Ademais, nosso resultado do exercício diminuiu de um lucro de R\$267,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011 para um prejuízo de R\$279,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012.

### EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA é o resultado do período antes do resultado financeiro líquido, da depreciação, amortização e exaustão e do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Utilizamos, dentre outras métricas, o EBITDA como medida do nosso desempenho operacional e da nossa geração operacional de caixa. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA (Instrução CVM 527), excluindo-se os efeitos não caixa e itens não recorrentes.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação e amortização. O EBITDA é utilizado por nós como medida adicional de desempenho de nossas operações e não deve ser utilizado em substituição aos nossos resultados.

Abaixo a tabela contendo a metodologia do cálculo do EBITDA e do EBITDA Ajustado para os exercícios encerrados em 31 de março de 2014, 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012:

	<b>Exercício social encerrado em 31 de março de 2014</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de março de 2013</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de março de 2012</b>
<b>RESULTADO DO PERÍODO / EXERCÍCIO</b>	<b>-1.466.799</b>	<b>-619.558</b>	<b>-279.453</b>
Receitas financeiras	-201.580	-212.032	-272.968
Despesas financeiras	594.319	733.073	684.975
Varição cambial	184.040	119.985	69.268
Depreciação, amortização e exaustão	649.661	972.162	713.028
Imposto de Renda e Contribuição Social	364.475	-316.077	-132.708
<b>EBITDA</b>	<b>124.116</b>	<b>677.553</b>	<b>782.142</b>
Perdas (Ganhos) decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico realizados	465.754	522.318	459.619
Perdas (Ganhos) decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico não realizados	125.399	140.776	-107.183
Concessão TEAG através de Equivalência Patrimonial <sup>1</sup>	8.399	9.099	-
Despesas não relacionadas com a atividade fim da companhia	424.148	-63.724	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.147.817</b>	<b>1.286.022</b>	<b>1.134.578</b>

<sup>1</sup>Parcela da Equivalência Patrimonial referente ao PPA (Purchase Price Allocation) do TEAG.

O EBITDA ajustado ao final da safra 13/14 foi de R\$1,1 bilhão, uma diminuição de 10,7% em relação ao fechamento da safra anterior. A margem EBITDA ajustada foi de 26,9%, uma queda de 4,1 p.p. sobre a safra 12/13. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram: i) aumento de 14,0% no CPV caixa; ii) a reversão de itens não recorrentes contabilizados na linha Outras Despesas Operacionais no montante de R\$424 milhões, decorrentes principalmente da provisão para baixa de ativos e de gastos com reestruturação organizacional, conforme já divulgado ao mercado em Fato Relevante. Eventos climáticos adversos também afetaram negativamente o EBITDA, um montante estimado em R\$ R\$328 milhões para o ano-safra 13/14.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, tivemos um EBITDA Ajustado de R\$1.286,1 milhões, o qual representou um aumento de R\$151,4 milhões quando comparado com um resultado de R\$1.134,6 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de março de 2012. Os principais fatores que impactaram no melhor desempenho operacional foram: (i) aumento da moagem em 7,3%, totalizando 29,5 milhões de toneladas; (ii) crescimento de 22,0% na Receita Líquida em relação à safra 11/12, com 2,5% referente aos melhores preços praticados; (iii) melhoria de 0,3% no ATR durante a safra 12/13, proporcionando um melhor aproveitamento da moagem; (iv) maior diluição de custos fixos reduzindo o custo de produção própria, porém afetado negativamente por um aumento nos dias de safra 12/13, bem como maiores custos com matéria-prima e mercadoria de revenda.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, tivemos um EBITDA Ajustado de R\$1.134,6 milhões, o qual representou uma redução de 14,1% quando comparado com o EBITDA Ajustado de R\$1.321,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Essa redução decorreu principalmente dos efeitos da quebra de safra observada no período, que resultou em uma redução de 18,4% no volume de moagem de cana de açúcar, os quais foram parcialmente compensados pelo aumento dos preços do açúcar e do etanol verificados no período.



**BIOSEV S.A.**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 11º andar  
Pinheiros – CEP 01452-919  
São Paulo/SP - Brasil

Telefone: 55 11 30396700  
Fax: 55 11 38143235

*Análise do Balanço Patrimonial*

Abaixo foram listadas todas as linhas de nosso balanço patrimonial consolidado, com a correspondente comparação dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2014, 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012:

<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>31.03.14</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>	<b>AH <sup>(2)</sup></b>	<b>31.03.13</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>	<b>AH <sup>(3)</sup></b>	<b>31.03.12</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.729.602	18,15%	118,46%	791.728	8,13%	-0,34%	794.397	8,20%
Aplicações financeiras	118.535	1,24%	-79,28%	572.211	5,88%	38,47%	413.229	4,20%
Instrumentos financeiros derivativos	31.867	0,33%	-49,18%	62.711	0,64%	624,40%	8.657	0,10%
Contas a receber	278.206	2,92%	8,01%	257.586	2,65%	-0,84%	259.769	2,70%
Estoques	505.021	5,30%	-14,90%	593.421	6,09%	-21,45%	755.437	7,80%
Impostos a recuperar	103.445	1,09%	-21,76%	132.214	1,36%	31,03%	100.907	1,00%
Outros créditos	89.257	0,94%	31,58%	67.836	0,70%	103,10%	33.401	0,30%
	<b>2.855.933</b>	<b>29,97%</b>	<b>15,27%</b>	<b>2.477.707</b>	<b>25,45%</b>	<b>4,73%</b>	<b>2.365.797</b>	<b>24,30%</b>
Ativos mantidos para venda	38.140	0,40%	-39,68%	63.233	0,65%	-45,11%	115.193	1,20%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.894.073</b>	<b>30,37%</b>	<b>13,90%</b>	<b>2.540.940</b>	<b>26,09%</b>	<b>2,42%</b>	<b>2.480.990</b>	<b>25,50%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Adiantamentos a fornecedores	27.268	0,29%	-21,71%	34.828	0,36%	-44,14%	62.351	0,60%
Depósitos judiciais	170.273	1,79%	-0,66%	171.407	1,76%	32,53%	129.334	1,30%
Impostos a recuperar	148.970	1,56%	118,14%	68.291	0,70%	129,50%	29.757	0,30%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.137	0,36%	-85,97%	243.393	2,50%	272,16%	65.400	0,70%
Outros créditos	33.924	0,36%	-28,76%	47.618	0,49%	69,21%	28.141	0,30%
Ativo biológico	1.279.891	13,43%	3,09%	1.241.580	12,75%	-17,67%	1.507.989	15,50%
Investimentos	233.530	2,45%	-0,71%	235.209	2,42%	-1,21%	238.081	2,40%
Ativo imobilizado	3.761.140	39,47%	-8,65%	4.117.416	42,28%	-0,30%	4.129.684	42,40%
Intangível	946.002	9,93%	-8,75%	1.036.721	10,65%	-1,96%	1.057.462	10,90%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>6.635.135</b>	<b>69,63%</b>	<b>-7,80%</b>	<b>7.196.463</b>	<b>73,91%</b>	<b>-0,71%</b>	<b>7.248.199</b>	<b>74,50%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.529.208</b>	<b>100,00%</b>	<b>-2,14%</b>	<b>9.737.403</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,08%</b>	<b>9.729.189</b>	<b>100,00%</b>

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a contribuição percentual de cada linha de nosso balanço patrimonial consolidado em relação ao nosso passivo total.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha de nosso balanço patrimonial consolidado entre o período de nove meses encerrado em 31 de março de 2014 e o exercício social encerrado em 31 de março de 2013.

(3) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha de nosso balanço patrimonial consolidado entre os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2013 e 2012.

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>31.03.14</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>	<b>AH <sup>(2)</sup></b>	<b>31.03.13</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>	<b>AH <sup>(3)</sup></b>	<b>31.03.12</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>
Empréstimos e financiamentos	1.907.036	19,58%	52,02%	1.254.433	12,88%	-30,40%	1.802.370	18,50%
Adiantamentos de clientes no País	61.493	0,63%	265,92%	16.805	0,17%	59,64%	10.527	0,10%
Adiantamentos de clientes no exterior	208.672	2,14%	-48,34%	403.913	4,15%	3020,22%	12.945	0,10%
Fornecedores	333.913	3,43%	31,44%	254.044	2,61%	2,17%	248.650	2,60%
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	103.589	1,06%	-7,71%	112.239	1,15%	14,31%	98.184	1,00%
Impostos e contribuições a recolher	36.247	0,37%	-59,91%	90.405	0,93%	-3,84%	94.019	1,00%
Instrumentos financeiros derivativos	132.386	1,36%	124,55%	58.955	0,61%	-39,71%	97.790	1,00%
Outras obrigações	161.093	1,65%	7,17%	150.313	1,54%	-6,23%	160.308	1,60%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.944.429</b>	<b>30,24%</b>	<b>25,77%</b>	<b>2.341.107</b>	<b>24,04%</b>	<b>-7,28%</b>	<b>2.524.793</b>	<b>26,00%</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>								
Empréstimos e financiamentos	3.414.704	35,07%	-13,93%	3.967.379	40,74%	8,14%	3.668.794	37,70%
Adiantamentos de clientes no exterior	570.700	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	283.814	2,91%	70,22%	166.738	1,71%	-49,79%	332.094	3,40%
Instrumentos financeiros derivativos	26.860	0,28%	-54,28%	58.744	0,60%	12,97%	52.000	0,50%
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	606.914	6,23%	-1,41%	615.607	6,32%	10,34%	557.940	5,70%
Impostos e contribuições a recolher	45.873	0,47%	289,08%	11.790	0,12%	-54,86%	26.118	0,30%
Outras obrigações	98.457	1,01%	-12,04%	111.933	1,15%	16,16%	96.358	1,00%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.047.322</b>	<b>51,83%</b>	<b>2,33%</b>	<b>4.932.191</b>	<b>50,65%</b>	<b>4,20%</b>	<b>4.733.304</b>	<b>48,70%</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>								
Capital social	2.490.036	25,57%	39,11%	1.790.036	18,38%	52,21%	1.175.996	12,10%
Reserva de capital	1.356.481	13,93%	-3,47%	1.405.194	14,43%	-1,87%	1.431.935	14,70%
Prejuízos acumulados	-2.156.284	-22,14%	213,09%	-688.720	-7,07%	902,62%	-68.692	-0,70%
Outros resultados abrangentes	-160.429	-1,65%	225,46%	-49.293	-0,51%	-33,37%	-73.977	-0,80%
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>	<b>1.529.804</b>	<b>15,71%</b>	<b>-37,74%</b>	<b>2.457.217</b>	<b>25,23%</b>	<b>-0,33%</b>	<b>2.465.262</b>	<b>25,30%</b>
Participação dos acionistas não controladores	7.653	0,08%	11,11%	6.888	0,07%	18,15%	5.830	0,10%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.537.457</b>	<b>15,79%</b>	<b>-37,61%</b>	<b>2.464.105</b>	<b>25,31%</b>	<b>-0,28%</b>	<b>2.471.092</b>	<b>25,40%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9.529.208</b>	<b>97,86%</b>	<b>-2,14%</b>	<b>9.737.403</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,08%</b>	<b>9.729.189</b>	<b>100,00%</b>

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a contribuição percentual de cada linha de nosso balanço patrimonial consolidado em relação ao nosso passivo total.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha de nosso balanço patrimonial consolidado entre o período de nove meses encerrado em 31 de março de 2014 e o exercício social encerrado em 31 de março de 2013.

(3) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha de nosso balanço patrimonial consolidado entre os exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2013 e 2012.

## **Ativos**

### Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de março de 2014, o saldo do nosso caixa e aplicações financeiras totalizava R\$1.848,1 milhões, representando um aumento de 35,5% em relação ao saldo apurado em 31 de março de 2013, o qual totalizava R\$1.363,9 milhões. Este aumento é decorrente principalmente dos recursos captados no IPO, em oferta de R\$700 milhões e da redução das necessidades de capital de giro em R\$171 milhões.

Em 31 de março de 2013, o saldo do nosso caixa e aplicações financeiras totalizava R\$1.363,9 milhões, em linha com o saldo apurado em 31 de março de 2012, o qual totalizava R\$1.207,6 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, o saldo do nosso caixa e equivalente de caixa totalizava R\$1.207,6 milhões, representando um aumento de 109,3% em relação ao saldo apurado no exercício social encerrado em 31 de março de 2011, o qual totalizava R\$577,0 milhões. O aumento verificado no período é resultado da nossa gestão de caixa e liquidez, implementadas principalmente pelo aumento de nossos empréstimos e financiamentos e pela nossa geração de caixa ocorridos no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, quando buscamos aumentar nossa liquidez antes do início da safra.

### Instrumentos Financeiros Derivativos Ativos

De acordo com a nossa política de gestão de riscos, atuamos no mercado de derivativos para proteção contra flutuação de preço de açúcar, câmbio e taxa de juros. As operações com derivativos são registradas a valor justo por meio do resultado e impactam diretamente nosso balanço patrimonial.

Em 31 de março de 2014, o saldo registrado no ativo foi de R\$31,9 milhões, representando uma diminuição de 49,2% em relação ao ano anterior. Esta diminuição foi proveniente da flutuação dos hedges cambiais e de açúcar no período, visto que os ganhos são contabilizados no ativo e as perdas no passivo. A totalidade destes valores está contabilizada no curto prazo.

Em 31 de março de 2013, o saldo registrado no ativo foi de R\$62,7 milhões, representando um aumento de 6,2 vezes quando comparado ao saldo apurado em 31 de março de 2012, no valor de R\$8,7 milhões. A totalidade destes valores está contabilizada no curto prazo. Este aumento foi devido à flutuação dos hedges cambiais e de açúcar no período.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, o saldo registrado no ativo foi de R\$8,7 milhões, representando uma redução de 88,5% quando comparado ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$75,8 milhões, aqui composto de R\$66,3 milhões no ativo circulante e R\$9,5 milhões no ativo não-circulante.

### Contas a Receber

Em 31 de março de 2014, nosso saldo de contas a receber foi de R\$278,2 milhões, que representou um aumento de 8,0% do saldo de contas a receber apurado ao final do exercício anterior, no valor de R\$257,6 milhões. Esta variação decorreu principalmente de maiores volumes e melhores preços do etanol no exercício encerrado em 31 de março de 2014.

Em 31 de março de 2013, nosso saldo de contas a receber foi de R\$257,6 milhões, que representou uma redução de 0,84% do saldo de contas a receber apurado ao final do exercício social findo em 31 de março de 2012, no valor de R\$259,8 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, nosso saldo de contas a receber foi de R\$259,8 milhões, que representou uma diminuição de 33,6% do saldo de contas a receber apurado em 31 de março de 2011, no valor de R\$391,2 milhões. Esta redução foi resultado, principalmente, do maior volume de vendas de etanol realizadas no final do exercício social encerrado em 31 de março de 2011, combinado com a obtenção de maiores preços do referido produto em comparação com os preços obtidos no exercício social encerrado em 31 de março de 2012.

### Estoques

Em 31 de março de 2014, nossos estoques totalizaram R\$505,0 milhões, representando uma diminuição de 14,9% em relação aos nossos estoques em 31 de março de 2013. Deste montante, no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, R\$172 milhões eram referentes aos estoques de açúcar e etanol, contra R\$198 milhões no exercício anterior. Esta diminuição ocorreu em função da menor produção de açúcar, bem como das oportunidades comerciais de liquidação dos estoques ocorridas no último trimestre da safra encerrada em 31 de março de 2014.

Em 31 de março de 2013, nossos estoques totalizaram R\$593,4 milhões, representando uma diminuição de 21,45% em relação aos nossos estoques em 31 de março de 2012, no valor de R\$755,4 milhões. Referida diminuição ocorreu em função das oportunidades comerciais de liquidação dos estoques ocorridas no último trimestre da safra encerrada em 31 de março de 2013.

Em 31 de março de 2012, nossos estoques totalizaram R\$755,4 milhões, representando um aumento de 53,1% em relação aos nossos estoques de 31 de março de 2011, no valor de R\$493,4 milhões. Referido aumento compreendeu um aumento nos estoques de açúcar de 138.752 toneladas em 31 de março de 2011 para 158.051 toneladas em 31 de março de 2012 e um aumento nos estoques de etanol de 91.265 metros cúbicos em 31 de março de 2011 para 196.544 metros cúbicos em 31 de março de 2012. Este aumento reflete nossa estratégia de carregamento de estoques para comercialização na entressafra, estratégia que repetimos e alongamos em 2012.

### Ativos Biológicos

Em 31 de março de 2014, nosso ativo biológico totalizou R\$1.279,9 milhões, um acréscimo de 3,1% em relação ao exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente de menores perdas decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda dos nossos canaviais.

A redução de R\$266,4 milhões do ativo biológico no exercício social em 31 de março de 2013 em relação ao saldo apurado em 31 de março de 2012 decorrente da queda no preço dos contratos futuros de açúcar (NY#11) e de estimativas dos preços futuros de etanol.

O crescimento de R\$113,7 milhões do ativo biológico no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2011, deu-se principalmente pelo aumento de preços do açúcar e do etanol no referido período, parcialmente compensado pela redução da produtividade de nosso canavial em virtude de condições climáticas.



### Investimentos

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, nossos investimentos totalizaram R\$233,5 milhões, em linha com os R\$235,2 milhões apresentados no exercício anterior.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, nossos investimentos totalizaram R\$235,2 milhões, representando uma redução quando comparados com nossos investimentos no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, no valor de R\$238,1 milhões. Esta diminuição caracterizou-se principalmente pelo impacto negativo do resultado de equivalência patrimonial.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, nossos investimentos totalizaram R\$238,1 milhões, representando um aumento significativo quando comparados com nossos investimentos em 31 de março de 2011, apurados em R\$1,9 milhões. Este aumento é resultado, principalmente, da aquisição do controle da Crystalsev Comércio e Representação Ltda., implementada em 28 de dezembro de 2011, conforme descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência.

### Imobilizado

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, o valor líquido do ativo imobilizado foi de R\$3.761,1 milhões, representando uma redução de 8,7% quando comparado com o valor apurado no exercício anterior. Esta redução decorreu principalmente da provisão para baixa de ativos e do menor volume de investimentos no período. No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, o valor líquido do ativo imobilizado foi de R\$4.117,4 milhões, representando uma redução de 0,3% quando comparado com o valor líquido de nossos ativos imobilizados apurados no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, no valor de R\$4.129,7 milhões. Esta redução é resultado do menor volume de investimentos no período.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, o valor líquido do ativo imobilizado foi de R\$4.129,7 milhões, representando um aumento de 2,6% quando comparado com o valor líquido de nossos ativos imobilizados apurados em 31 de março de 2011, no valor de R\$4.024,0 milhões. Este aumento é resultado dos investimentos realizados no período em melhorias e expansões dos nossos ativos imobilizados.

### Intangível (Ágio)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, nossos ativos intangíveis totalizaram R\$946,0 milhões, representando uma redução de 8,8% quando comparado com o valor apurado no exercício anterior. Esta redução é resultado do ajuste do ágio da Crystalsev em R\$88,5 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, nossos ativos intangíveis totalizaram R\$1.036,7 milhões, representando uma redução de R\$20,7 milhões quando comparado com o valor dos nossos ativos intangíveis apurados no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, no valor de R\$1.057,5 milhões. Esta redução é resultado da amortização do intangível sobre contratos de clientes.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, nossos ativos intangíveis totalizaram R\$1.057,5 milhões, representando um aumento de R\$111,0 milhões em comparação com o valor dos nossos ativos intangíveis apurados em 31 de março de 2011, no valor de R\$946,5 milhões. Este aumento é resultado, principalmente, da aquisição do controle da Crystalsev

Comércio e Representação Ltda., implementada em 28 de dezembro de 2011, conforme descrita no item 6.5 deste Formulário de Referência.

## **Passivos**

### Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não-Circulante)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, possuíamos um endividamento de R\$5.321,7 milhões, dos quais 64,2% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo, sobre um endividamento total de R\$5.221,8 milhões e 76,0% de empréstimos e financiamentos de longo prazo no exercício anterior. O acréscimo do endividamento deve-se principalmente ao acréscimo de R\$354 milhões por efeito da variação cambial não caixa, parcialmente compensado pela amortização de adiantamento de contratos de câmbio e outros financiamentos internacionais. No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, possuíamos um endividamento de R\$5.221,8 milhões, dos quais 76,0% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo, enquanto em 31 de março de 2012 possuíamos um endividamento de R\$5.471,2 milhões, dos quais 67,1% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo.

A redução verificada no endividamento no exercício social em 31 de março de 2013 em relação ao endividamento apurado em 31 de março de 2012 caracterizou-se pela utilização de caixa para amortização de alguns dos nossos financiamentos.

Em 31 de março de 2012, possuíamos um endividamento de R\$5.471,2 milhões, dos quais 67,1% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo, enquanto em 31 de março de 2011 possuíamos um endividamento de R\$3.628,1 milhões, dos quais 71,1% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo e, em 31 de março de 2010, possuíamos um endividamento de R\$3.294,9 milhões, dos quais 72,6% correspondiam a empréstimos e financiamentos de longo prazo. O aumento do endividamento verificado em 31 de março de 2012 em relação ao endividamento apurado em 31 de março de 2011 decorreu, principalmente, (i) da assunção da dívida anteriormente detida pela Crystalsev Comércio e Representação Ltda., sociedade sobre a qual passamos a exercer controle em 28 de dezembro de 2011 (conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência); (ii) da captação de novos recursos, líquida das amortizações realizadas no período, no valor total de R\$1.291,2 milhões e (iii) do efeito da variação cambial apurada no período, correspondente à apreciação do dólar norte-americano frente ao Real.

O aumento do nosso endividamento reflete principalmente (i) nossa estratégia comercial de retenção de estoques (especialmente etanol) para venda no período de entressafra, quando obtemos melhores preços em comparação aos preços praticados durante a safra; (ii) nossos investimentos em ativos biológicos; bem como (iii) nossos investimentos para melhorias e expansão dos nossos ativos permanentes e (iv) nossos investimentos em segurança do trabalho, saúde ocupacional e meio ambiente para cumprir ou superar a legislação em vigor, conforme descrito na análise do fluxo de caixa.

### Fornecedores

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, nosso saldo de fornecedores totalizou R\$333,9 milhões, representando um aumento de 31,4% em comparação ao exercício anterior. Essa variação deve-se principalmente a melhores negociações com nossos fornecedores de cana.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, nosso saldo de fornecedores totalizou R\$254,0 milhões, representando um aumento de 2,2 em comparação ao saldo de fornecedores apurados no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, no valor de R\$248,7 milhões. Essa variação deve-se principalmente ao provisionamento dos valores a pagar sobre o fornecimento de cana.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, nosso saldo de fornecedores totalizou R\$248,7 milhões, representando uma diminuição de 31,7% em comparação ao saldo de fornecedores apurado no exercício social de 31 de março de 2011, no valor de R\$364,2 milhões.

*Instrumentos Financeiros Derivativos (Circulante e Não-Circulante)*

De acordo com a nossa política de gestão de riscos, atuamos no mercado de derivativos para proteção contra flutuação de preço de açúcar, câmbio e taxa de juros. As operações com derivativos são registradas a valor justo por meio do resultado e impactam diretamente nosso balanço patrimonial.

A tabela abaixo segrega os valores do passivo circulante e não circulante dos nossos instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios sociais indicados:

<b>Passivo (R\$ mil)</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>	<b>31.03.2012</b>
Circulante	132.386	58.955	97.790
Não-Circulante	26.860	58.744	52.000
<b>Total</b>	<b>159.246</b>	<b>117.699</b>	<b>149.790</b>

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, o saldo registrado no passivo foi de R\$159,2 milhões, representando um aumento 35,3% quando comparado ao exercício anterior. Este resultado deve-se, em sua maior parte, ao impacto da flutuação da taxa de câmbio sobre os derivativos de moeda no período.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, o saldo registrado no passivo foi de R\$117,7 milhões, representando uma redução de 27,3% quando comparado com o saldo apurado em 31 de março de 2012, no valor de R\$149,8 milhões. Este resultado deve-se, em sua maior parte, ao impacto da flutuação da taxa de câmbio sobre os hedges cambiais no período.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, o saldo registrado no passivo foi de R\$149,8 milhões, representando um aumento de 3,6 vezes quando comparado com o saldo apurado no exercício social encerrado em 31 de março de 2011, no valor de R\$42,0 milhões. Estes resultados devem-se, em sua maior parte, à queda da taxa de juros Libor ocorrida durante os anos de 2011 e 2012, em conjunto com a apreciação do dólar norte-americano frente ao Real no período, que impactou negativamente o resultado dos hedges cambiais.

*Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos (Não-Circulante)*

<b>Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos (R\$ mil)</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>	<b>31.03.2012</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativo	34.137	243.393	65.400

Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	-283.814	-166.738	-317.275
Passivo			
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-249.677</b>	<b>76.655</b>	<b>-251.875</b>

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no passivo líquido do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo apresentou um aumento de R\$249,7 milhões, quando comparado ao exercício anterior, em virtude principalmente da provisão de R\$467 milhões referentes à baixa de imposto de renda ativo diferido.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no passivo líquido do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo apresentou uma redução no valor de R\$ 76,7 milhões, quando comparado ao exercício social findo em 31 de março de 2012, em virtude do aumento do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo provenientes de diferenças temporárias, especialmente do resultado de variação cambial passiva, e do aumento de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no passivo líquido do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo apresentou uma redução no valor de R\$123,9 milhões, quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de março de 2011, em virtude de diversas razões, dentre as quais os principais fatores que reduziram o passivo ou aumentaram o ativo são (i) o Hedge Accounting e (ii) a variação cambial não realizada. Por outro lado, a redução acima mencionada foi parcialmente compensada por diversos fatores que contribuíram para o aumento do passivo líquido do ativo, dos quais destacamos como os principais: (i) a mais-valia dos ativos adquiridos e (ii) a amortização do ágio fiscal.

#### Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, nossas provisões para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizaram R\$606,9 milhões, em linha com o montante apresentado no exercício anterior.

O exercício social encerrado em 31 de março de 2013, nossas provisões para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizaram R\$615,6 milhões, representando um aumento de aproximadamente 10,3% quando comparadas com as provisões apuradas no exercício social findo em 31 de março de 2012, no valor de R\$557,9 milhões. Este crescimento deve-se principalmente a correção monetária e juros sobre os processos em vigor, que representaram R\$35,1 milhões no período compreendido entre 31 de março de 2013 e 31 de março de 2012.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, nossas provisões para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizaram R\$557,9 milhões, representando um aumento de 27,3% quando comparadas com as provisões apuradas no exercício social encerrado em 31 de março de 2011, no valor de R\$438,1 milhões. Este crescimento ocorreu (i) pelo aumento das provisões para contingências tributárias, em função da aquisição do controle da Crystalsev Comércio e Representação Ltda., implementada em 28 de dezembro de 2011, conforme descrito no item 6.5 deste Formulário de Referência e (ii) em virtude da constituição de provisões para disputas trabalhistas, reflexo principalmente das demandas advindas de ex-funcionários da Santelisa Vale Bioenergia S.A. (sociedade que passou a denominar-se LDC-SEV Bioenergia S.A., após a fusão com o Grupo Santelisa Vale e, atualmente, denomina-se BIOSEV Bioenergia S.A.). As provisões mencionadas no item (i) acima não afetaram o

resultado do exercício, pois foram tratadas na contabilização dos eventos da combinação de negócios decorrente da aquisição do controle da Crystalsev Comércio e Representação Ltda.

### Patrimônio Líquido

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, o patrimônio líquido da companhia foi de R\$1.537,5 milhões, uma redução de 37,6% sobre o montante apresentado no exercício anterior, decorrente principalmente de uma variação negativa nos prejuízos acumulados no montante de R\$926,6 milhões. Cabe destacar o impacto negativo, de natureza econômica, que foi a provisão de R\$467 milhões referentes à baixa de imposto de renda ativo diferido.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, ocorreram as seguintes mutações patrimoniais que determinaram uma redução de R\$7,0 milhões em relação ao patrimônio líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de março de 2012: (i) resultado do exercício, das operações continuadas (R\$(620,0) milhões); (ii) outros resultados abrangentes (R\$24,7 milhões); (iii) emissão de ações (614,4 milhões), (iv) resgate de ações preferenciais de acionistas não controladores (R\$(26,7) milhões) e a participação dos acionistas não controladores (R\$1,1 milhão).

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, ocorreram as seguintes mutações patrimoniais que determinaram uma redução de R\$541,0 milhões em relação ao patrimônio líquido do exercício social encerrado em 31 de março de 2011: (i) resultado do exercício, das operações continuadas (R\$(279,3) milhões); (ii) outros resultados abrangentes (R\$(142,8) milhões) e (iii) resgate de ações preferenciais de acionistas não controladores (R\$(124,7) milhões).

### Análise de Fluxo de Caixa

Abaixo tabela contendo resumo da demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013:

	<b>Consolidado</b> <b>(BR GAAP e IFRS)</b>				
	<b>31.03.2014</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>	<b>AH <sup>(2)</sup></b>	<b>31.03.2013</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Resultado do período	-1.466.799	84,81%	136,75%	-619.558	-78,25%
<b>Itens que não afetam o caixa:</b>					
Depreciação e amortização	649.661	37,56%	-33,17%	972.162	122,79%
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	740.744	42,83%	4,35%	709.848	89,66%
Perdas decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda do ativo biológico - realizados e não realizados	591.153	34,18%	-10,85%	663.094	83,75%
Resultado de imposto de renda e contribuição social	383.585	22,18%		-342.158	-43,22%
Outros itens que não afetam o caixa	138.138	7,99%	-	83.115	10,50%
	<b>1.036.482</b>			<b>1.466.503</b>	
<b>Redução (aumento) de ativos:</b>					
Contas a receber	-19.052	-1,10%	-179,43%	23.986	3,03%
Estoques	69.586	4,02%	-55,94%	157.925	19,95%
Ativo biológico	-14.823	-0,86%	-68,46%	-46.999	-5,94%
Ativos mantidos para venda	46.457	2,69%	-18,29%	56.856	7,18%
Instrumentos financeiros derivativos	30.844	1,78%	-154,55%	-56.538	-7,14%
Impostos a recuperar	-27.582	-1,59%	-60,51%	-69.841	-8,82%

Adiantamentos a fornecedores	7.560	0,44%	-72,53%	27.523	3,48%
Outros créditos	-1.811	-0,10%	-96,51%	-51.855	-6,55%
	<b>91.179</b>	<b>5,27%</b>	<b>122,08%</b>	<b>41.057</b>	<b>5,19%</b>
<b>Aumento (redução) de passivos:</b>					
Fornecedores	79.869	4,62%	1380,70%	5.394	0,68%
Adiantamentos de clientes no exterior	375.459	21,71%	-3,97%	390.968	49,38%
Encargos sobre a folha de pagamento	-8.650	-0,50%	-161,54%	14.055	1,78%
Impostos e contribuições a recolher	-20.075	-1,16%	10,25%	-18.208	-2,30%
Adiantamentos de clientes no País	44.688	2,58%	611,82%	6.278	0,79%
Pagamentos de disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	-59.937	-3,47%	93,51%	-30.973	-3,91%
Instrumentos financeiros derivativos	88.713	5,13%	-170,24%	-126.308	-15,95%
Outras obrigações	-2.696	-0,16%	-431,61%	813	0,10%
	<b>497.371</b>	<b>28,76%</b>	<b>105,51%</b>	<b>242.019</b>	<b>30,57%</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	-281.590	-	-8,84%	-308.886	-39,01%
		16,28%			
	<b>1.625.032</b>	<b>93,95%</b>	<b>-7,12%</b>	<b>1.749.579</b>	<b>220,98%</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>					
	<b>1.343.442</b>	<b>77,67%</b>	<b>-6,75%</b>	<b>1.440.693</b>	<b>181,97%</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Redução (aumento) de depósitos judiciais	1.134	0,07%	-102,70%	-42.073	-5,31%
Redução (aumento) de aplicações financeiras	440.679	25,48%	-367,98%	-164.447	-20,77%
Redução (aumento) de investimentos	67	0,00%	-28,72%	94	0,01%
Adições ao ativo imobilizado	-328.168	-	-42,01%	-565.867	-71,47%
		18,97%			
Adições ao ativo biológico	-796.705	-	0,34%	-793.981	-
		46,06%			100,28%
Adições ao intangível	-1.209	-0,07%	71,25%	-706	-0,09%
Resultado na baixa/venda de ativo imobilizado	-	-	-	4.319	0,55%
Recebimento na venda do Ativo da Usina São Carlos ("USC")	-	-	-	176.850	22,34%
		-			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>-684.202</b>	<b>39,56%</b>	<b>-50,63%</b>	<b>-1.385.811</b>	<b>175,04%</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Aporte de Acionistas	700.000	40,47%	-	600.000	75,78%
Recompra das ações de acionistas não controladores	-	-	-	(12.701)	-1,60%
Gastos com oferta pública de ações	(48.713)				
Captação de empréstimos e financiamentos	2.009.949	1	-38,29%	3.256.944	411,37%
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.382.602)	(1)	-38,94%	(3.901.793)	492,82%
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>278.634</b>	<b>16,11%</b>	<b>584,16%</b>	<b>-57.550</b>	<b>-7,27%</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Caixa e equivalente de caixa no início do período	791.728	45,78%	-0,34%	794.397	100,34%
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do período</b>	<b>1.729.602</b>	<b>100,00%</b>	<b>118,46%</b>	<b>791.728</b>	<b>100,00%</b>

### Atividades Operacionais

Nossa geração de caixa operacional decorre substancialmente de nossas operações, podendo variar de período a período, principalmente em razão da flutuação das receitas de vendas de açúcar, etanol e energia, bem como das nossas despesas operacionais e dos nossos resultados financeiros.

O caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2014 foi de R\$1.343,4 milhões, representando uma diminuição de 6,8% com relação ao exercício anterior. Esta diminuição na geração de caixa decorreu principalmente: (i) dos menores preços de açúcar observados no período; e (ii) dos menores volumes de açúcar vendidos na entressafra.

A redução dos ativos em R\$91,2 milhões juntamente com o aumento dos passivos de R\$497,4 milhões, totalizou uma geração de caixa de R\$588,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, comparado a uma geração de caixa de R\$283,1 milhões no exercício anterior. Esta variação reflete um consumo de estoques e um aumento na conta de fornecedores. O caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2013 foi de R\$1.440,7 milhões, representando um aumento de 94,1% com relação ao caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, no valor de R\$742,2 milhões. O aumento na geração de caixa decorreu principalmente da liquidação de estoques e do aumento de adiantamentos de clientes no exterior.

A redução dos ativos de R\$41,1 milhões combinado com o aumento dos passivos de R\$242,0 milhões, totalizou uma geração de caixa de R\$283,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013, comparado a uma utilização de caixa de R\$233,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. Esta variação foi reflexo, principalmente da redução de estoques que representou uma geração de caixa de R\$ 157,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013 contra um total de R\$ 257,9 milhões de utilização de caixa na formação de estoques no exercício social anterior e do aumento dos adiantamentos de clientes no exterior, que representou uma geração de caixa de R\$ 391,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013 contra uma geração de caixa de R\$ 7,0 milhões no exercício social anterior.

O caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de março de 2012 foi de R\$742,2 milhões, representando uma redução de 24,3% com relação ao caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais no exercício social anterior, no valor de R\$980,4 milhões. Esta redução decorreu principalmente do resultado negativo do exercício social encerrado em 31 de março de 2012, no valor de R\$279,5 milhões, em comparação a um lucro líquido de R\$267,6 milhões, apurado no exercício anterior. Considerando que a maior parte da variação de resultado acima apontada decorreu de aumento de depreciações e amortizações, de impactos da apreciação do dólar norte-americano frente ao Real e da constituição de provisões para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias, todos sem efeitos de caixa, referida redução do resultado do exercício teve impacto mitigado na geração de caixa.

O aumento dos ativos de R\$24,4 milhões combinado com a redução dos passivos de R\$208,5 milhões, totalizou uma utilização de caixa de R\$232,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, comparado com uma utilização de caixa de R\$242,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Esta diminuição na utilização de caixa foi reflexo, principalmente, da redução do saldo de contas a receber, no valor de R\$166,8 milhões (comparado com um aumento de R\$163,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011), parcialmente compensado pelo aumento dos estoques, no valor de R\$257,9 milhões (comparado com um aumento de R\$49,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011) e a redução em contas a pagar aos fornecedores de R\$115,9 milhões (comparado com uma redução de R\$14,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011). O aumento dos estoques no exercício social encerrado em 31 de março de 2012 é resultado da nossa estratégia comercial durante este período, de acordo com a qual estocamos parte da nossa produção e postergamos a realização destes estoques até o início do próximo exercício social, consequentemente também ocasionando a redução do saldo de contas a receber.



A Louis Dreyfus  
Commodities Company

**BIOSEV S.A.**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 11º andar  
Pinheiros – CEP 01452-919  
São Paulo/SP - Brasil

Telefone: 55 11 30396700  
Fax: 55 11 38143235

O caixa gerado também foi impactado pelo pagamento de juros de empréstimos e financiamentos, no valor de R\$214,4 milhões, no exercício social encerrado em 31 de março de 2012, quando comparado ao pagamento de juros de empréstimos e financiamentos, no valor de R\$129,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de março de 2011.

#### Atividades de Investimento

O caixa aplicado nas atividades de investimento totalizaram R\$684,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, representando uma redução de 50,4%, em comparação ao exercício anterior. Esta redução reflete principalmente a redução dos gastos com expansão, devido à conclusão do projeto de cogeração de Passatempo – MS, que entrou em operação em Maio de 2013.

A Companhia construiu uma plataforma competitiva de ativos ao longo dos últimos anos, resultado de um ciclo de expansão de investimentos realizado com disciplina de capital. A partir dessa plataforma, a Companhia vai projetar o seu crescimento baseado em aumento de produtividade e eficiência. Nesse contexto, a companhia seguirá mantendo os investimentos em plantio, tratos e manutenção industrial em linha com as safras anteriores, reduzindo de forma importante os investimentos em expansão. O caixa aplicado nas atividades de investimento totalizaram R\$1.380,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2013, representando uma redução de 16,9%, em comparação aos R\$1.661,3 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. Esta redução reflete principalmente uma variação de R\$235,9 milhões na redução das nossas aplicações financeiras, utilizadas para amortização de dívidas mais onerosas. Adicionalmente, investimos R\$565,9 milhões no ativo imobilizado e R\$794,0 milhões no nosso ativo biológico. Os investimentos realizados em nosso ativo imobilizado e ativo biológico representaram uma redução de 0,3% quando comparados com investimentos de mesma natureza, no valor de R\$1.364,5 milhões, realizados no exercício social encerrado em 31 de março de 2012.

O caixa aplicado nas atividades de investimento totalizaram R\$1.661,3 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2012, representando um aumento de R\$768,3 milhões, em comparação aos R\$893,0 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Este aumento reflete os investimentos realizados em nosso ativo imobilizado e ativo biológico, que totalizaram R\$1.364,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. Investimos R\$599,7 milhões no ativo imobilizado, sendo R\$151,4 milhões principalmente em nossos projetos de cogeração de Lagoa da Prata e Passatempo, R\$231,8 milhões em manutenção de nossas Unidades Industriais e R\$216,5 milhões em diversos projetos, incluindo a continuidade da renovação e expansão de nossos equipamentos agrícolas. Adicionalmente, investimos R\$764,8 milhões no nosso ativo biológico, sendo R\$280,5 milhões em tratos culturais e R\$484,3 milhões relacionados a plantio do nosso canavial e outros custos. Os investimentos realizados em nosso ativo imobilizado e ativo biológico representaram um aumento de R\$433,7 milhões quando comparados com investimentos de mesma natureza, no valor de R\$930,9 milhões, realizados no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. Adicionalmente, este aumento de caixa aplicado nas atividades de investimento reflete o aumento de R\$400,3 milhões das nossas aplicações financeiras com prazo superior a 90 dias, onde mantivemos uma parte do nosso caixa em aplicações com prazos mais longos a fim de obter melhores rendimentos.

#### Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, o fluxo de caixa das atividades de financiamento gerou R\$278,6 milhões, comparado a um consumo de caixa de R\$63,2 milhões no exercício anterior. Esta variação foi resultado principalmente: (i) dos recursos do IPO, o que gerou um aumento no capital social da companhia em R\$700 milhões; (ii) diminuição nas



amortizações de financiamentos, líquidas de novas captações, totalizando R\$372,7 milhões sobre R\$650,5 milhões no exercício anterior.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, o fluxo de caixa das atividades de financiamento consumiram R\$57,6 milhões, comparado a uma geração de caixa de R\$1.149,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. No exercício social encerrado em 31 de março de 2013, amortizamos, líquido de novas captações, o valor de R\$650,5 milhões, comparados a uma captação, líquida de amortizações, de R\$1.291,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2012. O consumo de caixa pelas atividades de financiamento reflete principalmente a utilização de caixa para amortização de dívidas. No último trimestre do exercício social encerrado em março de 2013 a Companhia realizou um aumento do seu capital social em R\$600,0 milhões, impactando positivamente o caixa.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, o fluxo de caixa das atividades de financiamento geraram R\$1.149,4 milhões ante uma geração de R\$238,7 milhões em igual período no ano anterior, representando um aumento de R\$910,7 milhões. No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, captamos no mercado, por meio de linhas de curto e longo prazo, líquidos das amortizações e liquidações, empréstimos e financiamentos no valor de R\$1.291,2 milhões, comparados a R\$295,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2011. O aumento das captações reflete a necessidade de captação de recursos de curto e longo prazo para suportar, principalmente, as atividades de investimento em ativos fixos e ativos imobilizados.

### Liquidez

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nossas disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, assim como os saldos dos nossos estoques de alta liquidez disponíveis para venda (açúcar e etanol e provisão para margem negativa dos estoques) (“Liquidez Total”). Quando necessário, obtemos financiamentos utilizados para suportar nosso capital de giro, os quais podem ser lastreados ou garantidos por nossos estoques. Liquidez Total não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP. Liquidez Total não possui uma definição padrão de cálculo podendo ser calculada por outras empresas de maneira diferente da nossa.

Em 31 de março de 2014, as disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizavam R\$1.848 milhões, enquanto em 31 de março de 2013, as disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizavam R\$1.363,9 milhões e em 31 de março de 2012, as disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizavam R\$1.207,6 milhões.

Os estoques em 31 de março de 2014 totalizavam R\$505,0 milhões, sendo R\$171,7 milhões em estoques de alta liquidez disponíveis para venda. Os estoques, em 31 de março de 2013, totalizavam R\$593,4 milhões, sendo R\$198,2 milhões em estoques de alta liquidez disponíveis para venda, comparado a R\$755,4 milhões em 31 de março de 2012, sendo R\$418,1 milhões em estoques de alta liquidez disponíveis para venda.

Como resultado, nossa Liquidez Total era de R\$2.019,8 milhões em 31 de março de 2014, comparada a R\$1.562,1 milhões, em 31 de março de 2013. Em 31 de março de 2012 nossa liquidez total era de R\$1.625,7 milhões.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a. resultados das nossas operações:

#### (i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Nossas receitas líquidas decorrem, principalmente, da (i) venda de etanol e açúcar, para o mercado interno e externo e (ii) venda de energia elétrica, para o mercado interno.

#### (ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

No exercício social em 31 de março de 2014, a produtividade média do canavial foi em linha à do exercício findo em 31 de março de 2013, porém, devido a fatores climáticos, em especial a geada que afetou os canaviais do Mato Grosso do Sul e a estiagem no Nordeste, não observamos nesta safra o verdadeiro potencial do nosso ativo biológico. No exercício social em 31 de março de 2013, a produtividade média do canavial foi levemente superior à do exercício findo em 31 de março de 2012, porém, devido a fatores climáticos, ainda não apresentou a recuperação em relação à produtividade dos anos anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2012, a produtividade média do canavial foi inferior à dos últimos exercícios sociais devido principalmente a dois fatores climáticos: geadas ocorridas nos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo e uma estiagem prolongada entre o segundo semestre de 2010 e o início de 2011, decorrente do fenômeno conhecido como “La Niña”. Conseqüentemente, o volume de nossa produção foi 18,4% menor do que no exercício anterior, parcialmente compensada por uma alta nos preços.

### b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os nossos principais produtos estão expostos às variações dos preços de commodities, taxa de câmbio, além de outros índices. As receitas de açúcar e da exportação de etanol estão diretamente atreladas à cotação do dólar norte-americano e, conseqüentemente, sofrem impactos da variação cambial, que geralmente são mitigados por meio de nossa Política Financeira e de Gestão de Riscos.

Como indicado no item 10.2(a)(ii) acima, fatores climáticos têm influência direta na produtividade agrícola e na qualidade da cana de açúcar, com o conseqüente impacto no nosso volume de produção e receita.

### c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Além dos fatores que impactam a nossa receita mencionados acima, que também influenciam nosso resultado operacional, alguns dos insumos necessários para a produção agrícola como defensivos químicos, fertilizantes, entre outros, têm seus preços atrelados ao dólar norte-americano, razão pela qual a variação cambial pode ter impacto em nosso resultado operacional. Buscamos minimizar este impacto por meio de nossa política de hedge cambial. Os demais custos sofrem influências dos índices de inflação, afetando diretamente os nossos resultados. Além disso, o custo de aquisição da cana de açúcar de terceiros é corrigido pelo

Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“CONSECANA”), que sofre influência da cotação do açúcar, etanol e da variação cambial.

Adicionalmente, nosso resultado financeiro está sujeito a: (i) variação cambial, embora tenhamos prática de Hedge Accounting – Natural Hedge, reconhecemos despesas e receitas de variação cambial relacionadas principalmente ao nosso perfil de endividamento, no qual parte da dívida é denominada em dólares norte-americanos; (ii) taxas de juros (como por exemplo CDI e TJLP), tendo em vista os instrumentos de dívidas que possuímos vinculados a tais índices e (iii) variações de preços do açúcar e do etanol, que têm impacto em nosso resultado financeiro em decorrência dos instrumentos financeiros derivativos celebrados por nós e não designados como Hedge Accounting - Derivativos.

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

**a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Portanto, não houve efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras consolidadas relativos a tais fatores nos três últimos exercícios sociais.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

As companhias abaixo listadas passaram a ser reconhecidas contabilmente em nossas demonstrações financeiras consolidadas, conforme segue:

Data	Sociedade Constituída ou Participações Societárias Adquiridas	Efeitos Relevantes
20/04/2007	Biosev Bioenergia Ltd.	Não houve
26/10/2009	Biosev Bioenergia S.A.	Combinação de Negócio-Fusão com o Grupo Santelisa Vale
04/10/2010	Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda.	Não houve
19/11/2010	Biosev Bioenergia Internacional S.A.	Não houve
30/12/2010	Biosev Passatempo Bioenergia S.A.	Não houve
12/01/2011	CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.(*)	Não houve
28/12/2012	Crystalsev Comércio e Representação Ltda.	Combinação de Negócio TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.
	Sociedade Operadora Portuária de São Paulo Ltda.	
	TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.(**)	
	Crystalsev Participações Ltda.	
	Crystalsev Serviços de Intermediação de Negócios Ltda.	
	Crystalsev Bioenergia Ltda.	
	Crystalsev Fomento Ltda.	
	Crystalsev Internacional S.A.	
30/09/2012	Indumel – Indústria e Comércio de Melaço Ltda.	Não houve
30/09/2012	MB – Agrícola e Comercial MB Ltda.	Não houve
13/09/2013	Biosev Finance International BV	Não houve

(\*) Investimento avaliado a custo (1,62% de participação)

(\*\*) Empresa controlada em conjunto (*Joint Venture*)

Combinação de Negócios: Fusão com o Grupo Santelisa Vale

Em 26 de outubro de 2009, a fusão com o Grupo Santelisa Vale foi implementada mediante aumento do capital da Santelisa Vale S.A. (que passou a ser denominada LDC-SEV S.A. mediante a concretização da fusão), integralizado com a contribuição, por parte da Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A. (via Ágatis Investimentos e Participações S.A., “Ágatis”), da totalidade das ações representativas do nosso capital social. Como resultado de tal aumento de capital, a Ágatis passou a ser a controladora direta da Santelisa Vale S.A., que posteriormente teve sua denominação alterada para LDC-SEV S.A. e passou a nos controlar.

Quando da aplicação do pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da LDC-SEV S.A., a administração identificou que, para fins contábeis, seríamos considerados como a entidade que adquiriu a LDC-SEV S.A. Conseqüentemente, a referida transação foi reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da LDC-SEV S.A. de 31 de dezembro de 2009 como sendo uma aquisição reversa, em que a LDC-SEV S.A. foi a entidade por nós adquirida. Dessa forma, as demonstrações de resultado do exercício findo em 31 de março de 2010 incluíram doze meses de nossas operações e cinco meses de operações da LDC-SEV S.A., LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.) e Usina Continental S.A.

Os principais indicadores que suportaram a definição dessa transação como sendo uma aquisição reversa foram: (a) mudança de controle da LDC-SEV S.A. para nossos antigos acionistas controladores e (b) o fato de nossos acionistas controladores deterem direitos de nomear os administradores da LDC-SEV S.A.

A combinação de negócios foi registrada no dia 26 de outubro de 2009, data efetiva da operação, ocasião em que a entidade adquirente obteve controle da entidade adquirida. O valor justo líquido reconhecido de ativos adquiridos e passivos assumidos foi de R\$984,1 milhões e os custos de operação por nós incorridos e diretamente atribuídos à operação foram reconhecidos na demonstração do resultado do período de doze meses encerrado em 31 de março de 2010.

Em decorrência da revisão do valor justo reconhecido, no exercício findo em 31 de março de 2011, ajustamos o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios. Em consequência desses ajustes, o valor justo líquido reconhecido de ativos adquiridos e passivos assumidos passou de R\$984,1 milhões para R\$903,4 milhões (redução de R\$80,7 milhões), bem como o valor do ágio de R\$445,8 milhões para R\$494,1 milhões (aumento de R\$48,3 milhões). A parcela do ágio referente à participação dos acionistas não controladores no montante de R\$32,5 milhões (diferença entre ajustes no valor justo líquido e valor do ágio) foi reconhecida em nosso patrimônio líquido.

Por fim, como consequência da combinação de negócios com o Grupo Santelisa Vale, foram adquiridas as participações societárias detidas nas sociedades Tropical Bioenergia S.A., Usina Continental S.A., Companhia Nacional de Açúcar e Alcool – CNAA e Santa Vitória Açúcar e Alcool S.A.

Assumimos, perante os bancos credores, o compromisso de alienar as participações societárias detidas nas sociedades abaixo mencionadas, de forma que os recursos provenientes de tais alienações deveriam ser utilizados para o resgate das ações preferenciais. Portanto, tais participações societárias receberam, desde o início, tratamento contábil de ativos mantidos para venda. Em cumprimento do compromisso assumido, alienamos as participações societárias detidas nas datas abaixo mencionadas sem que tais alienações produzissem efeito relevante em nossas demonstrações financeiras.

09 de junho de 2010	-	Santa Vitória Açúcar e Alcool S.A.
22 de novembro de 2011	-	Companhia Nacional de Açúcar e Alcool S.A.
23 de novembro de 2011	-	Tropical Bioenergia S.A.

Combinação de Negócio: TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.

Mediante a aquisição do controle da Crystalsev Comércio e Representações Ltda., em 28 de dezembro de 2011, o Grupo passou também a deter o controle de sua controlada, SOP, que detém 50% das cotas do TEAG. 85% das cotas da SOP estão penhoradas em favor de instituições financeiras, como garantia de operação de financiamento à exportação no valor total de principal em 31 de março de 2014 equivalente a U\$47.934 (U\$51.871 em 31 de março de 2013), visto que esse financiamento consta do endividamento do Grupo.

As cotas da SOP, detidas pela Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda., estão penhoradas em favor dos vendedores da participação societária de 15%, em garantia da obrigação de pagamento do preço da referida participação.

O valor justo líquido reconhecido de ativos adquiridos e passivos assumidos em decorrência da conclusão da revisão do valor justo das operações acima mencionadas foi calculado com base no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, e totalizou R\$88,3 milhões. Concomitantemente, um ágio no valor de R\$88,5 milhões foi reconhecido em nosso balanço patrimonial.

**c. Eventos ou operações não usuais.**

Venda de Ativos da Usina São Carlos (“USC”)

Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia firmou o Contrato de Compra e Venda de Ativos de Outras Avenças com a São Martinho S.A. (SMSA), por meio do qual foram acordados os termos e as condições da (i) venda de determinados ativos agrícolas relativos à operação da Unidade Industrial São Carlos (USC) para a SMSA, incluindo canavial próprio e contratos de parceria agrícola, arrendamento rural e fornecimento de cana de açúcar da USC, celebrados previamente pela Companhia, bem como (ii) venda de um armazém de açúcar localizado na mesma unidade, incluindo suas benfeitorias, instalações elétricas, pontes rolantes e acesso.

A operação contemplou ainda a descontinuidade das atividades industriais da USC, com capacidade total de moagem de 2,1 milhões de toneladas de cana de açúcar por Safra, que correspondia a aproximadamente 5% da capacidade total de moagem da Companhia, bem como a celebração de contrato de fornecimento de cana de açúcar, pelo qual a SMSA forneceu, exclusivamente na safra 2013/14, 1,0 milhão de toneladas de cana de açúcar, para moagem na Usina Santa Elisa.

A operação foi estruturada por meio da venda das ações, para a SMSA, de uma sociedade de propósito específico denominada Mirtilo Investimentos e Participações S.A., detentora dos ativos agrícolas da USC objeto da transação, exceto pelo armazém de açúcar. A operação não envolveu os ativos industriais da unidade, que permaneceram sob propriedade da Companhia.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE aprovou a operação, sem restrições, em 18 de janeiro de 2013. A Companhia e a SMSA concluíram a implementação de todas as condições suspensivas e concretizaram a operação em 15 de março de 2013, a qual não gerou alteração no quadro acionário da Companhia.

O preço de venda total de todos os ativos, direitos e obrigações envolvidos foi de R\$196,5 milhões, sendo que a SMSA pagou a Companhia o valor de R\$176,9 milhões em 15 de março de 2013 e o restante no montante de R\$19,6 milhões será pago em duas parcelas iguais com vencimento em 30 de março 2014 e 30 de março de 2015.

O valor da venda, o custo dos itens vendidos e os gastos relativos à operação foram registrados nas rubricas outras receitas operacionais e outras despesas operacionais, na demonstração do resultado do exercício.

#### Plano de Negócios

Em 20 de março de 2014, a Companhia divulgou Fato Relevante mencionando seu Plano de Negócios, o qual resultou, entre outras, na hibernação da unidade Jardest, redução de aproximadamente 20% das posições executivas e reconhecimento de provisões para perda de impostos diferidos.

A implementação do referido Plano de Negócio resultou no seguinte impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2014:

	<b>31.03.2014</b>
Perda por redução ao valor recuperável – Ativo imobilizado	210.339
Perda por redução ao valor recuperável – Intangível	88.683
Provisões para redução de pessoal	27.489
Outros	43.541
Provisões para perda de imposto de renda e contribuição social diferidos	467.063
	<b>837.115</b>
Efeito de impostos de renda e contribuição social diferidos	-95.715
	<b>741.400</b>

Conforme demonstrado na tabela acima, os principais impactos do Plano de Negócios mencionado no Fato Relevante divulgado em 20 de março de 2014 seguem abaixo:

(i) no exercício findo em 31 de março de 2014, reconhecemos em nosso resultado a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$210,3 milhões no consolidado. As principais classes de ativo que sofreram perda por redução ao valor recuperável foram terrenos, edifícios, móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos, veículos, máquinas e implementos agrícolas, e o registro ocorreu nas rubricas "Outras despesas operacionais", na demonstração do resultado;

(ii) a Companhia reduziu o valor de realização do ágio gerado na aquisição da controlada Crystalsev Comércio e Representação Ltda., devido à ausência de evidências de rentabilidade futura. O impacto da redução ao valor recuperável do ágio foi de R\$88,5 milhões; e

(iii) a Companhia constituiu provisão para perda de ativos fiscais diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no montante de R\$467,1 milhões no consolidado.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e (ii) os IFRSs emitidos pelo IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Adotamos os novos pronunciamentos, de forma antecipada, pela primeira vez em nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo 01 de janeiro de 2008 considerada a data de transição para os CPCs (demonstrações financeiras individuais e consolidadas) e as IFRSs (demonstrações financeiras consolidadas).

### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Conforme mencionado acima, adotamos práticas e políticas contábeis consistentes para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias consolidadas, não havendo alterações com efeitos significativos em nossas práticas contábeis, exceto pelas seguintes mudanças:

- Em janeiro de 2010, passamos a adotar a prática contábil de Hedge Accounting – Natural Hedge, definida como sendo a prática contábil adotada pela Administração para o registro de operações de proteção (hedge) feitas com a designação de transações de natureza operacional, de forma a reconhecer os resultados do instrumento de proteção simultaneamente ao reconhecimento dos efeitos do objeto protegido, na demonstração do resultado do exercício. As operações de proteção da Companhia são classificadas como “hedge de fluxo de caixa”, de acordo com os requerimentos do CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.
- A partir de janeiro de 2012, passamos a adotar a prática contábil de hedge Hedge Accounting – Derivativos, definida como sendo a prática contábil adotada pela Administração para o registro de operações de proteção (hedge) feitas com a utilização de derivativos ou outros instrumentos financeiros de forma a reconhecer os resultados do instrumento de proteção simultaneamente ao reconhecimento dos efeitos do objeto protegido, na demonstração do resultado do exercício. As operações de proteção da Companhia são classificadas como “hedge de fluxo de caixa”, de acordo com os requerimentos do CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração.

### **c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013 e do período de doze meses encerrado em 31 de março de 2012 foram emitidos sem ressalvas.



Os relatórios dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2014, 31 de março de 2013 e em 31 de março de 2012 apresentaram parágrafos de ênfase informando que: (i) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em nosso caso, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que, para fins de IFRSs, tais investimentos seriam avaliados pelo respectivo custo ou valor justo; e (ii) as nossas demonstrações financeiras foram preparadas com o propósito de atender a solicitação de registro de oferta pública de distribuição primária das nossas ações ordinárias. Como parte do nosso processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, decidimos alterar o texto de algumas notas explicativas originais para incorporar informações adicionais em atendimento às solicitações efetuadas pela CVM/SRE/SEP em seu Ofício nº 31/2012. As informações sobre os saldos e a disposição das contas e a estrutura do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa incluídas nas nossas demonstrações financeiras não diferem daquelas anteriormente divulgadas. A opinião dos auditores independente não foi ressalvada em virtude destes assuntos.

Adicionalmente, os relatórios dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2014, 31 de março de 2013 e em 31 de março de 2012 apresentaram parágrafo de “outros assuntos” relacionado às demonstrações do valor adicionado, informando que os auditores independentes examinaram também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2014, 31 de março de 2013 e em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da nossa administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Referido parágrafo esclarece, ainda, que essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos nos relatórios e, na opinião dos auditores independentes, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

A fim de preparar as nossas demonstrações financeiras, a nossa administração deve, no final de cada exercício social, fazer uso de determinadas políticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da nossa administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir são apresentadas as principais estimativas e premissas utilizadas para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Tais estimativas e premissas, uma vez não verificadas, podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social.

### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é contabilizada para antecipar prováveis perdas na realização desses créditos. Para a constituição dessa provisão, tomamos como base a média das perdas realizadas em determinados períodos combinada com a análise sobre prováveis perdas dos créditos vencidos e a vencer.

### **Provisão para perdas na realização de estoques**

Para a constituição de provisão para perdas na realização de estoques, tomamos como base o histórico de perdas ocorridas nas movimentações físicas de mercadorias, para estimar possíveis perdas sobre os estoques existentes em nossas Unidades Industriais. Adicionalmente, registramos provisões para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de aquisição e/ou do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

### **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, estimamos os fluxos de caixa futuros provenientes das unidades geradoras de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da administração.

A Companhia efetuou análise do valor presente para os ativos e passivos de longo prazo com base nas premissas descritas acima em 31 de março de 2014, e identificou ativos e passivos para os quais foram reconhecidos o ajuste a valor presente. Para os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo os efeitos não são relevantes e, portanto concluiu-se não haver a necessidade de ajuste.

### **Vida útil dos bens do ativo imobilizado**

A Companhia revisa a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente em nossas demonstrações financeiras.

### **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros**

Ao final de cada exercício social, revisamos o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de perda por redução no seu valor recuperável. Se houver tal indicação, estimamos o valor recuperável do ativo com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o valor recuperável estimado for menor que o valor do ativo, a perda é reconhecida no resultado imediatamente.

Quando não for possível estimar o valor recuperável de um ativo individualmente, calculamos o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Podemos alocar ativos corporativos às unidades geradoras de caixa, de forma individual, ou agrupados no menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual tenhamos uma base de alocação razoável e consistente.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é imediatamente reconhecida no resultado, quando aplicável.

### **Avaliação de instrumentos financeiros e derivativos**

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

Na aplicação de nossa política contábil para as operações com derivativos classificadas como proteção dos fluxos de caixa futuros, utilizamos estimativas de receitas e custos em seus períodos de realização projetados. Os resultados da marcação a mercado ou realização dos instrumentos financeiros ou derivativos designados para proteção de fluxos de caixa futuros são registrados na conta de “Outros Resultados Abrangentes” e reconhecidos no resultado do exercício social em que ocorrer a realização do item protegido.

A Companhia entende que utiliza técnicas de avaliação e premissas adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos, bem como dispomos de ferramentas adequadas de projeção e monitoramento.

### **Ativo biológico**

Aplicamos o tratamento contábil de ativos biológicos para nossas plantações de cana de açúcar em conformidade com o CPC 29 (IAS 41) – Ativo Biológico e Produto Agrícola.

O custo de produção de nossos estoques de produtos acabados e, por consequência, o custo de nossos produtos vendidos, levam em conta o efeito a valor justo dos nossos ativos biológicos na data de sua colheita, deduzido dos gastos estimados necessários para a concretização da venda. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: estimativas de produção e de produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana de açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

### **Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A Companhia constituiu provisões referentes às perdas decorrentes de processos de acordo com a probabilidade de perda estimada a partir da avaliação de nossos advogados e no histórico de perda em casos semelhantes e provisões para as contingências com avaliação de perda provável ou quando determinado pelas normas contábeis em vigor. As provisões são atualizadas e acrescidas dos juros correspondentes mensalmente.

### **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base em perdas ou créditos fiscais, nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos no que se refere à possibilidade da recuperação de tais impostos, considerando o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. Na medida em que a realização de tais impostos não seja provável, reduzimos seu valor recuperável imediatamente.

## **10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

### **a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nossos Diretores acreditam que os controles e processos internos para a preparação das demonstrações financeiras são adequados, gerando confiabilidade, eficácia e precisão das demonstrações financeiras da Companhia e não foram identificadas deficiências relevantes em nossos sistemas de controles internos.

Na opinião de nossa Diretoria, todos os controles-chave são mapeados de maneira que eventuais riscos possam ser mitigados e tais controles são periodicamente revisados pela auditoria interna.

Historicamente não houve ressalvas em nossas demonstrações financeiras por deficiências em nossos sistemas de controles internos.

### **b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

No contexto da auditoria de nossas demonstrações financeiras, nossos auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria. Vale lembrar que o escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras não prevê uma auditoria específica ou a emissão de relatório sobre a efetividade dos controles internos.

Como extensão dos trabalhos de auditoria de nossas demonstrações financeiras, nossos auditores emitem um relatório contendo suas observações a respeito dos nossos controles internos e de nossos procedimentos contábeis. Tal relatório não representa uma opinião emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sobre a eficácia dos nossos controles internos. Neste relatório, nossos auditores independentes apontam oportunidades de melhoria nos processos analisados e relacionados à elaboração das demonstrações financeiras examinadas.

As oportunidades de melhoria identificadas pelos nossos auditores independentes relacionam-se ao processo de reconciliação de saldos contábeis, padronização de controles internos e rotinas de revisão das demonstrações financeiras, com a sugestão de que fossem criadas rotinas internas para melhorias dos processos de reconciliação de saldos contábeis e revisão das demonstrações financeiras. Todas as deficiências apontadas pelos nossos auditores independentes foram incluídas no nosso plano de melhorias de controles internos, o qual já se encontra em fase de implementação.

Na avaliação de nossos Diretores, os assuntos até então relatados por nossos auditores independentes não indicaram qualquer fraqueza material em nosso sistema contábil e de controles internos e não existiram aspectos que pudessem afetar de maneira significativa a adequação das nossas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

### **a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), a Companhia e a Hédera Investimentos e Participações LTDA. (“Lançador das Opções de Venda”) realizaram oferta pública de distribuição primária de (i) 46.666.667 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”) e (ii) 37.406.609 opções padronizadas lançadas pelo Lançador das Opções de Venda e emitidas pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), que conferem aos seus titulares o direito de venda de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opções de Venda”), sendo que das 46.666.667 Ações, 9.260.058 Ações foram subscritas sem a aquisição de Opções de Venda e 37.406.609 Ações foram subscritas em conjunto com 37.406.609 Opções de Venda, realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações e de Opções de Venda no exterior (“Oferta”), ao preço de R\$15,00 (quinze reais) por Ação (“Preço por Ação”) e ao preço de R\$0,25 (vinte e cinco centavos de real) por Opção de Venda (“Preço por Opção de Venda”), representando o montante de R\$700.000.005,00 referente às Ações e o montante de R\$9.351.652,25 referente às Opções de Venda. Os recursos líquidos captados na Oferta da foram utilizados da seguinte forma: (i) 70% para o nosso plano de crescimento, sendo que será alocado (a) 5% para expansão e otimização de canaviais; e (b) 65% para investimentos em brownfields, expansão da cogeração, aquisições, greenfields e otimização de nossas eficiências; e (ii) 30% para amortização da dívida refinanciada.

A LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.) emitiu debêntures em 22 de setembro de 2011, sob o regime da Instrução CVM nº 476, com garantia real e fidejussória, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, e não conversíveis em ações de nossa emissão, nos termos da Escritura Particular de Emissão Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória da 1ª Emissão de LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada BIOSEV Bioenergia S.A.).

As referidas debêntures foram emitidas como instrumentalização de parte da Dívida Refinanciada nos termos do Contrato Global, no âmbito da fusão com o Grupo Santelisa Vale, não resultando, portanto, em captação de novos recursos.

### **b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

### **c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

## 10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

#### a. Vendas

O Grupo possui diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Em 31 de março de 2014, os volumes desses compromissos totalizam 3.057.617 toneladas de açúcar, 124.020 metros cúbicos de etanol além de compromissos de fornecimento de energia, adquiridos em participação de leilões e em negociações no mercado livre de energia, os quais totalizam 11.350 GWh a serem cumpridos até o ano de 2035.

#### b. Compras

O Grupo possui compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros, com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras futuras. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida e estimada com base na expectativa de produtividade das áreas onde os canaviais estão localizados. O montante a ser pago pelo Grupo e determinado no fim de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA, acrescido ou deduzido de outras condições contratuais aplicáveis.

Os compromissos de compra por safra, em 31 de março de 2014, foram estimados como segue:

Safra	Quantidade de área (em hectares)	Quantidade de cana estimada (em toneladas)	Valor estimado (em R\$ mil)
2014/2015	120.494	9.003.082	509.559
2015/2016	109.068	8.148.820	460.511
2016/2017	73.007	5.585.289	313.808
2017/2018	58.076	4.352.667	243.879
Após 2018	71.200	5.538.351	309.037
<b>Total</b>	<b>431.845</b>	<b>32.628.209</b>	<b>1.836.794</b>

A Companhia possui compromissos de compra de etanol de terceiros, pelo volume de 55.000 metros cúbicos, com a finalidade de cumprir a regulamentação ANP #67 que exige a manutenção em estoque de 25% do volume comercializado no civil anterior a fim de garantir o abastecimento de mercado da região Nordeste, onde pode não haver produção suficiente para garantir o próprio suprimento ao longo do ano inteiro.

#### c. Contratos de Parceria Agrícola ou Arrendamento

Em 31 de março de 2014, o Grupo possui contratos de arrendamento ou de parceria agrícola em vigor e que deverão vigorar em safras futuras, conforme tabela indicada abaixo, com o

objetivo de garantir o suprimento de cana de açúcar para suas unidades industriais. Os contratos de arrendamento ou parceria têm geralmente como contrapartida o pagamento de certo volume de cana de açúcar ao proprietário rural, cujo preço, por sua vez, é determinado no fim de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA, acrescido ou deduzido de outras condições contratuais aplicáveis.

Safra	Quantidade de cana estimada (em toneladas)	Valor estimado (em R\$ mil)
2014/2015	4.239.024	238.703
2015/2016	5.033.793	283.762
2016/2017	4.720.186	266.156
2017/2018	4.282.059	241.518
Após 2018	12.283.167	705.153
<b>Total</b>	<b>30.558.229</b>	<b>1.735.292</b>

A Companhia considera a quantidade de cana de áreas de arrendamento ou parceria agrícola, relacionada acima, na base de cálculo de apuração do valor justo do Ativo Biológico.

d. TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.

O TEAG é titular de um contrato de arrendamento de terminal portuário junto a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP"), o qual estabelece a obrigação do TEAG de pagar, à título de arrendamento de uma parcela fixa mensal de R\$ 2,1701/m<sup>2</sup> sobre uma área de 70.000 m<sup>2</sup> equivalente a R\$152 mil mensais ou R\$1.843 mil anuais acrescidos de uma parcela variável mínima garantida equivalente a R\$2.993 mil por ano em favor da CODESP, correspondente ao valor de R\$1,995/ton sobre uma movimentação mínima de um milhão e quinhentas mil toneladas de mercadorias. A concessão outorgada ao TEAG para operar tal terminal expirará em 06 de julho de 2018, podendo ser renovada por mais 20 (vinte) anos, a critério da CODESP.

e. Sociedade Operadora Portuária de São Paulo Ltda. ("SOP")

Mediante da aquisição do controle da Crystalsev, em 28 dezembro de 2011, o Grupo passou também a deter o controle de sua subsidiária a SOP que detém 50% das quotas do TEAG. 85% das quotas da SOP estão penhoradas em favor de instituições financeiras, como garantia de operação de financiamento a exportação no valor total de principal em 31 de março de 2014 equivalente a U\$47.934 mil, visto que esse financiamento consta do endividamento do Grupo.

As quotas da SOP, detidas pela Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda., estão penhoradas em favor dos vendedores da participação societária de 15%, em garantia da obrigação de pagamento do preço da referida participação.

f. Superveniências ativas não-adquiridas

Em razão de sucessões societárias, a Companhia é parte ativa dos processos judiciais no 2616-17.1990.4.01.3400; 0000462-11-1999.4.01.3400; 40872-09.2002.4.01.3400; 0007061-63.1999.4.01.3400 e 0016264-15.2000.4.01.3400, em que buscamos indenização contra a União Federal pelos prejuízos decorrentes da defasagem de preço no período de congelamento de preços do açúcar e do etanol. Contudo, mesmo no caso de sucesso dessas ações, por conta de obrigações contratuais progressas, os valores que eventualmente vierem a

ser recebidos deverão ser repassados em favor de terceiros nos termos dos respectivos contratos.

*g. Fianças bancárias e seguros garantias*

Os saldos de: (i) fiança bancárias; e (ii) seguros garantias relacionado com demandas judiciais, dívidas, leilões de cogeração e garantia de operações de derivativo realizados na BM&FBovespa totalizavam em 31 de março de 2014 R\$179,3 milhões e R\$109,2 milhões, respectivamente.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não aplicável.

**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Vendas, Compras e Contratos de Parceria Agrícola ou Arrendamento

Acreditamos que, uma vez que os compromissos mencionados no item 10.8 acima se materializem, poderemos realizar ganhos ou perdas, a depender do patamar de preço de mercado da commodity ou da cana de açúcar na data da liquidação do compromisso assumido.

O preço da cana de açúcar é indexado pelo valor do ATR publicado pelo CONSECANA, o qual, por sua vez, baseia-se nos preços do açúcar e do etanol verificado em um determinado período, de forma que eventuais variações nos preços do açúcar e do etanol poderão ser parcialmente compensadas por uma variação semelhante do preço da cana de açúcar, minimizando assim os riscos descritos acima.

TEAG e SOP

Tendo em vista que os montantes devidos em virtude de tais compromissos estão fixados de acordo com critérios claros e objetivos, alinhados com os nossos negócios no futuro, não acreditamos que tais compromissos possam impactar nossas receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens de nossas demonstrações financeiras de forma diferente da prevista.

Superveniências ativas não-adquiridas

As superveniências ativas não-adquiridas não afetam nossas demonstrações financeiras pois, em regra geral, devem ser repassadas assim que recebidas.

Fianças bancárias e seguros garantias

As fianças bancárias e seguros garantias se executadas poderão representar saída de caixa.



**b. natureza e o propósito da operação**

A natureza e o propósito das operações estão descritos acima no item 10.8 acima.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

A natureza e o montante das obrigações assumidas e os respectivos direitos gerados estão descritos acima no item 10.8 acima.

**10.10 - Plano de negócios**

A Administração da Companhia, durante a revisão anual do seu plano de negócios, propôs alinhar sua estratégia com as atuais condições de mercado e perspectivas futuras. Em 20 de março de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou esta revisão do Plano de Negócios.

O principal objetivo do Plano de Negócios revisado é atingir, no curto prazo, um fluxo de caixa positivo sustentável por meio de iniciativas nas seguintes principais dimensões:

(i) Dimensão Operacional: (a) Criação do Polo Agroindustrial de Ribeirão Preto, composto pelas unidades Santa Elisa, Vale do Rosário, UMB, Jardest e Continental, buscando aumentar a eficiência e a sinergia entre tais unidades, assim como reforçar o foco na região; (b) Hibernação da unidade Jardest e realocação de seus ativos biológicos para as unidades próximas da Companhia, aumentando a taxa de utilização da capacidade instalada; (c) Dedicção integral de um time de gestão operacional para as unidades de Leme e Lagoa da Prata, fornecendo foco apropriado para estas duas unidades independentes; (d) Alocação seletiva do capex, reduzindo investimentos discricionários industriais no curto prazo.

(ii) Dimensão Financeira: Aumento do prazo médio da dívida da Companhia, ao mesmo tempo em que se busca a redução das necessidades de capital de giro.

(iii) Dimensão Organizacional: redução de aproximadamente 20% das posições executivas, adequando a organização e reduzindo custos fixos.

A implementação do referido Plano de Negócio revisado resultou no seguinte impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2014:

	<b>31.03.2014</b>
Perda por redução ao valor recuperável – Ativo imobilizado	210.339
Perda por redução ao valor recuperável – Intangível	88.683
Provisões para redução de pessoal	27.489
Outros	43.541
Provisões para perda de imposto de renda e contribuição social diferidos	467.063

	<b>837.115</b>
Efeito de impostos de renda e contribuição social diferidos	-95.715
	<b>741.400</b>

Conforme demonstrado na tabela acima, os principais impactos do Plano de Negócios revisado seguem abaixo:

(i) no exercício findo em 31 de março de 2014, reconhecemos em nosso resultado a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$210,3 milhões no consolidado. As principais classes de ativo que sofreram perda por redução ao valor recuperável foram terrenos, edifícios, móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos, veículos, máquinas e implementos agrícolas, e o registro ocorreu nas rubricas "Outras despesas operacionais", na demonstração do resultado;

(ii) a Companhia reduziu o valor de realização do ágio gerado na aquisição da controlada Crystalsev Comércio e Representação Ltda., devido à ausência de evidências de rentabilidade futura. O impacto da redução ao valor recuperável do ágio foi de R\$88,5 milhões; e

(iii) a Companhia constituiu provisão para perda de ativos fiscais diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no montante de R\$467,1 milhões no consolidado.

O Plano de Negócios contém projeções e melhores estimativas da Companhia sobre vários fatores que fogem de seu controle, tais como estimativas macroeconômicas futuras, crescimento econômico, custos de financiamento futuros, dentre outros. Todas essas projeções e estimativas estão sujeitas a alterações, riscos e incertezas que fogem do controle da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatos descritos acima pode levar a resultados que diferem de tais estimativas. Caso quaisquer desses fatores sofram alterações significativas, essas estimativas podem ser revistas.

## 10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.

## **ANEXO II**

### Dispensa da proposta de destinação do lucro líquido

A Biosev S.A. ("Companhia") esclarece que está dispensada da apresentação do Anexo 9-1-II - Destinação do Lucro Líquido, previsto na Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, uma vez que, nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 1/2014, companhias que tenham apurado prejuízo no exercício social em questão estão dispensadas da apresentação das informações indicadas.

A Companhia esclarece, ainda, que não será apresentada proposta de distribuição de dividendos para apreciação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de julho de 2014.

### ANEXO III

Informações dos candidatos indicados ao Conselho de Administração

#### 12.6 – Informações sobre os candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia

Nome	Idade	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF/Passaporte	Profissão	Cargo a ser ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Claude Pierre Ehlinger	51	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
088.913.568-16	Economista e Administrador	Presidente do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
Membro do Comitê de Auditoria				
Adrien Dominique Lucien Tardy	37	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
05CR17810 (passaporte)	Executivo	Vice Presidente do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
Membro do Comitê Estratégico				
André Roth	44	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
153.647.978-05	Administrador	Membro do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
N/A				
Ciro Echsortu	53	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
233.518.308-74	Engenheiro Agrícola e Administrador	Membro do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
Membro do Comitê Estratégico				

Nome	Idade	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF/Passaporte	Profissão	Cargo a ser ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Cristiano Biagi	40	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
122.270.038-71	Publicitário	Membro do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
N/A				
Ian Clive Barnard	48	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
801680121 (passaporte)	Administrador	Membro Independente do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
N/A				
Antonio Delfim Netto	86	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
008.580.998-53	Economista	Membro Independente do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
N/A				
Philippe Jean Henri Delleur	56	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016
233.741.328-47	Executivo	Membro Independente do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
N/A				
Ricardo Barbosa Leonardos	56	Conselho de Administração	29/07/2014	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2016

Nome	Idade	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF/Passaporte	Profissão	Cargo a ser ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador

**Outros cargos e funções exercidas no emissor**

859.347.638-49	Economista	Membro Independente do Conselho de Administração	28/08/2014*	Sim
----------------	------------	--	-------------	-----

N/A

\* Data limite para posse dos candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/07/2014. A data exata da posse dependerá da assinatura do termo de posse por cada um dos membros eleitos.

**12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos candidatos dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

Não há informações adicionais, além daquelas já apresentadas no item 12.6 acima.

**12.8 – Currículo e informações de determinados eventos a respeito dos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia.**

**Claude Pierre Ehlinger**. O Sr. Ehlinger graduou-se na *French Business School HEC*. Iniciou sua carreira profissional em 1985 no Grupo Thomson (grupo atuante no setor de fornecimento de informação inteligente para negócios e profissionais) como Assistente Pessoal do CEO. Antes de sua indicação como CFO do Grupo Louis Dreyfus Commodities (grupo atuante no setor agrícola), entre 2004 e 2007, ele foi CFO da Eutelsat (empresa do setor de operação de satélites), CFO das operações da Europa Central e do Sul da Cap Gemini (empresa do setor de serviços de consultoria, tecnologia e *outsourcing*), CFO do CCMX (empresa do setor de fornecimento de informação pré-competitiva) e Diretor Administrador do Grupo Finacor (grupo atuante no setor de corretagem na Europa). Atualmente, o Sr. Ehlinger é CEO interino e CFO do Grupo Louis Dreyfus Commodities, Presidente do nosso Conselho de Administração e membro do nosso Comitê de Auditoria. O Sr. Ehlinger declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Adrien Dominique Lucien Tardy**. O Sr. Tardy possui mestrado em ciência de gestão pela ESSEC, Escola de Negócios da França. Iniciou sua carreira no Grupo Louis Dreyfus (grupo atuante no setor agrícola) em 2000. Entre 2000 e 2005, ocupou diversas funções de desenvolvimento corporativo e de negócios na Louis Dreyfus Communications / Neuf Telecom, atualmente fundida com a SFR (empresas do setor de telecomunicações). Em 2005, o Sr. Tardy passou a trabalhar com o CEO do Grupo Louis Dreyfus Commodities, sendo posteriormente apontado como chefe global de fusões e aquisições do Grupo Louis Dreyfus Commodities. Atualmente, o Sr. Tardy é chefe global da área de estratégia e finanças corporativas do Grupo Louis Dreyfus Commodities e membro do nosso Conselho

de Administração. O Sr. Tardy declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**André Roth.** O Sr. Roth ingressou no Grupo Louis Dreyfus Commodities (grupo atuante no setor agrícola) em 1993, como trainee. Desde então, atuou como *trader* e diretor comercial das Plataformas de Grãos e de Oleaginosas. Em 2012, assumiu a posição de Presidente da Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A., a qual ocupou até 2013, quando assumiu a posição de Diretor Global de Oleaginosas do Grupo Louis Dreyfus Commodities. Em 2014, o Sr. Roth acumulou também a função de Diretor Global das Plataformas da Cadeia de Valor (que engloba Grãos, Oleaginosas, Sucos, Frete, Fertilizantes & Insumos, Trade Finance e Ração Animal) do mesmo grupo. O Sr. Roth é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, o Sr. Roth também faz parte do Conselho Diretor da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).

**Ciro Echesortu.** O Sr. Echesortu graduou-se em Economia Agrícola na Universidade de Guelph, Canadá. Foi presidente da Câmara de Exportadores de Cereais, vice-presidente da Câmara de Exportadores de Oleaginosas (CIARA) e presidente do Comitê Argentino das Universidades Unidas do Mundo. Antes de seu ingresso no Grupo Louis Dreyfus Commodities, trabalhou na Deloitte Haskins & Sells da Argentina (empresa do setor de auditoria, consultoria, consultoria tributária, *corporate finance* e *outsourcing*) e Cresud (uma empresa Soros/ Grupo IRSA, do setor de agropecuária na Argentina). Em 1985, o Sr. Echesortu ingressou no Grupo Louis Dreyfus Commodities (grupo atuante no setor agrícola), tendo ocupado diversos cargos, como Gerente Global de Negócios de Oleaginosas, CEO da Região da América Latina do Sul, que se situa em Buenos Aires, e COO e CEO do Grupo Louis Dreyfus Commodities, posição que ocupou até 01 de junho de 2014. Atualmente, o Sr. Echesortu é membro do nosso Conselho de Administração. O Sr. Echesortu declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Cristiano Biagi.** O Sr. Biagi é graduado em Comunicação Social pela Universidade de Ribeirão Preto, e pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou sua carreira em 1995, tendo passado pelas empresas NewcommBates (empresa atuante no setor de comunicação e marketing) e Grupo Accor (grupo atuante no setor de hotelaria e agências de viagens) entre 1996 e 1999. Ingressou em 2000 na Sorocaba Refrescos S/A (empresa atuante no setor de engarrafamento de bebidas), tendo ocupado as funções de Gerente de Recursos Humanos entre 2001 e 2003, posteriormente de Gerente Geral entre 2003 e 2007, e desde 2007 é o Diretor Presidente desta empresa. É Presidente do Conselho Consultivo da Sermatec Indústrias e Montagens Ltda. (empresa atuante no setor de serviços especializados de manutenção) desde 2009 e membro do Conselho de Administração da Sorocaba Refrescos S/A desde 2007. É ainda conselheiro das seguintes Instituições: Instituto Coca-Cola desde 2011, Associação Arte Despertar desde 2009 e do Family Business Network Brasil desde 2009. Atualmente, o Sr. Biagi é membro do nosso Conselho de Administração. O Sr. Biagi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação

criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Ian Clive Barnard.** O Sr. Barnard é um dos sócios fundadores da Capital Generation Partners, empresa que presta serviços de gestão de investimentos e consultoria. Dentre as atividades que exerce na Capital Generation Partners, o Sr. Barnard lidera as operações de investimento e, em conjunto com seus sócios, é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas da companhia e por administrá-la. Ademais, o Sr. Barnard preside o Comitê de Investimentos, e é membro do Comitê de Revisão de Carteira de Clientes, Comitê de Alocação de Ativos e Comitê de Risco da Capital Generation Partners. Ele começou sua carreira no Smith Barney (empresa atuante no setor global de serviços financeiros), prestando aconselhamento em assuntos de finanças estruturadas e fusões e aquisições. O Sr. Barnard também serviu o Exército Britânico, antes de ingressar no serviço diplomático onde serviu no Reino Unido e no exterior. Ele estudou História na Universidade de Oxford e também concluiu mestrado em Gestão de Negócios na London Business School. O Sr. Barnard declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Antonio Delfim Netto.** O Prof. Delfim Netto graduou-se em Economia na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), onde obteve vários títulos, inclusive de Professor Emérito. Ocupou diversos cargos no governo brasileiro, tais como Ministro-Chefe da Secretaria de Economia e Planejamento da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Embaixador do Brasil na França, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Membro do Conselho Nacional de Economia, Deputado Federal (1986 a 2006), dentre outros. Atualmente, o Prof. Delfim Netto é membro independente do nosso Conselho de Administração. O Prof. Delfim Netto declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Philippe Jean Henri Delleur.** O Sr. Delleur graduou-se em Administração Pública pela Sciences-po Paris e pela ENA (Ecole Nationale d'Administration), com mestrado em Direito obtido pela Paris-X Nanterre. O Sr. Delleur hoje é Presidente do Conselho Estratégico da Alstom (empresa atuante no setor de infraestrutura de energia e transporte) no Brasil e SVP (empresa atuante no setor de produção de máquinas de costura) para América Latina dentro do International Network. Ingressou na Alstom em abril de 2006 para assumir a posição de Vice-Presidente Sênior para o Sul da Europa, África e Oriente Médio. Antes de se juntar ao grupo, trabalhou no Ministério da Economia, Finanças e Indústria, em Paris, onde ocupou diversas posições ao longo sua carreira profissional como Diretor Geral da Agência Central dos Contratos Públicos (Maio/2004 - Março/2006) e Vice-Secretário do Comércio Exterior (1999 – 2004). No Brasil, trabalhou nos anos 90 como Chefe da Missão Econômica e Financeira da Embaixada da França no Brasil, em Brasília, por 3 anos. Atualmente, o Sr. Delleur é membro independente do nosso Conselho de Administração. O



Sr. Delleur declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**Ricardo Barbosa Leonardos**. O Sr. Leonardos graduou-se em economia pela Faculdade São Luiz e possui Master in Business Administration pela New York University - Leonard Stern School of Business - em administração de empresas e negócios internacionais. O Sr. Leonardos foi sócio da Brasilpar Serviços Financeiros Ltda. (empresa do ramo de consultoria financeira) de 1984 a 1996; Diretor Presidente da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (instituição financeira) de setembro de 1996 a junho de 1997 e da ING Investment Management Ltda. (instituição financeira) entre 1997 e 2002. O Sr. Leonardos foi ainda Diretor Financeiro da Optiglobe do Brasil Ltda. (empresa de terceirização de tecnologia do Grupo Votorantim) em 2004; membro do Conselho de Administração da Ecom Energia Ltda. (empresa do setor de comercialização de energia) entre maio de 2004 e abril de 2008; membro do Conselho de Administração do Banco Financeiro e Industrial S.A. - SUDAMERIS (companhia de capital aberto), da Medidata Informática S.A. (companhia de capital aberto), da Digitel S.A. Indústria Eletrônica (companhia de capital aberto), da ADEVAL - Associação Nacional das Distribuidoras de Valores Mobiliários e da ABVCAP - Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital. Desde março de 2003, o Sr. Leonardos é sócio da Symphony Consultoria e Participações Ltda. (empresa de consultoria a empresas familiares), tendo estruturado e administrado o Family Office Península Participações até 2011. Atualmente, o Sr. Leonardos participa do Conselho de Administração da Sociedade Hospital Samaritano (empresa do setor da saúde), é membro do Conselho de Administração da Tecnisa S.A. e é membro independente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Leonardos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; e d (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.**

Não existe qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau nos termos deste item, em relação aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia.

**12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e: (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.**

Os seguintes candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia são executivos do grupo controlador, conforme abaixo: Claude Pierre Ehlinger, Adrien Dominique Lucien Tardy, André Roth e Ciro Echesortu.